SINAL VERMELHO OS ACIDENTES COM MOTOS REPRESENTAM 40% DAS MORTES E 60% DOS SINISTROS NO TRÂNSITO, UMA SOBRECARGA PARA O SISTEMA DE SAÚDE

CAVALO DE TROIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONTRATA A PALANTIR, EMPRESA DOS EUA COM HISTÓRICO DE ESPIONAGEM

CartaCapital

cartacapital.com.br
ANO XXX Nº 1392
R$ 31,90
17 DE DEZEMBRO DE 2025
9 771809 669002 01392
basset editora

ines249

AGORA TEM ESPECIALIST

- Radioterapia para câncer em todos os estados.
- 93,1% das mulheres realizaram mamografia neste ano.
- 41 carretas em todas as regiões do Brasil.
- Mutirões de cirurgias e exames em todos os estados.
- Milhares de atendimentos em todo o país.

Tânia Aparecida – RJ
Em tratamento oncológico

ines249

Saiba mais em
gov.br/agoratemespecialistas

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO
DO POVO
BRASILEIRO

Agora tem
ESPECIALISTAS
Da consulta ao tratamento

SUS
35 ANOS

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

CartaCapital

Tudo que importa para quem se importa

17 DE DEZEMBRO DE 2025 • ANO XXXI • Nº 1392

As motos já respondem por 40% das mortes no trânsito brasileiro, revela o Ipea. Pág. 22

Plural

8 EDITORIAL

9 A SEMANA

11 FRED MELO PAIVA

Seu País

22 TRANSPORTE Expansão desordenada de mototáxis preocupa especialistas

28 AMEAÇA FNDE mantém contrato com empresa de espionagem dos EUA

30 IMPUNIDADE Família de jovem queimado vivo em templo da Universal ainda espera por justiça

33 CLAUDIO COUTO

34 CENSURA O historiador Francisco Teixeira reage ao assédio judicial de general da reserva

38 CÂMARA Lei de Alienação Parental pode ser revogada

41 ALDO FORNAZIERI

42 AVANÇO Sair do Mapa da Fome mudou a realidade de milhões de brasileiros

Economia

44 RESERVAS Como criar uma moeda alternativa ao dólar

46 ADALBERTO VIVIANI

48 TECNOLOGIA Aplicativo organiza o cuidado de crianças com autismo

50 ANÁLISE Nas crises, os devotos do livre mercado buscam o colo do Estado

Nosso Mundo

52 CARIBE Secretário de Guerra dos EUA gaba-se do assassinato de náufragos

54 GEOPOLÍTICA A Europa tem sido constantemente desprezada por Trump

Capa: Pilar Velloso e Paulo Pinto/Agência Brasil

14 INIMIGOS DO POVO

A CÂMARA REDUZ PENA DE GOLPISTAS E MANTÉM O MANDATO DE ZAMBELLI, ENQUANTO O SENADO ATACA OS DIREITOS DOS INDÍGENAS

56 JOGOS VORAZES

AO ADQUIRIR A WARNER BROS., A NETFLIX SE FORTALECE ANTE O YOUTUBE E, AO MESMO TEMPO, ATINGE EM CHEIO O CINEMA

58 ENTREVISTA Elite dos EUA abraçou luta antirracista por interesse, avalia Jennifer C. Pan 60 BIOGRAFIA A batalha de Zuzu Angel para denunciar o assassinato do filho na ditadura 62 LITERATURA A fantástica luta de classes 64 AFONSINHO 65 SAÚDE *Por Elnara Negri* 66 CHARGE *Por Venes Caitano*

ISTOCKPHOTO E NETFLIX

ines249

CartaCapital

FUNDADOR: Mino Carta (1933 - 2025)

PUBLISHER: Manuela Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Adalberto Viviani, Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Amanda Queirós, Arthur Chioro, Arturo Hartmann, Augusto Diniz, Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, Claudio Bernabucci (Roma), Claudio Couto, Drauzio Varella, Cristina Serra, Elnara Negri, Fábio Mascaro Querido, Fred Melo Paiva, João Paulo Charleaux, Kelvin Falcão Klein, Leneide Duarte-Plon, Lígia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda, Maria Fernanda Vomero, Marjorie Marona, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paula Sperb, Paulo Cezar Soares, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Renato Meirelles, René Ruschel, Riad Younes e Sylvia Colombo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Maiara dos Santos Marinho, Vinicius Nunes Souza e Wendal Lima do Carmo
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor) e Lola Magalhães (Editora)
ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo e Danilo Roberto Silva Queiroz
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora
EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani
DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010 www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

ONDE ESTÁ CIRO?

Ciro Nogueira sempre foi o personagem que deveria ser investigado no Congresso. Ele está em praticamente todos os escândalos. A Operação Carbono Oculto e os casos Refit e Banco Master/BRB são apenas os exemplos mais recentes. Ele também está por trás de *bets* e jogos de azar, além de ter sido responsável pela indicação de Paulo Henrique Costa, o PHC, para presidir o BRB e conduzir a negociação com o Master. Agora, é Ciro Nogueira quem indica o novo presidente do BRB, para tentar conter o escândalo do antecessor. A imprensa parece temer o senador, que recorre ao assédio jurídico contra quem revela suas conexões com o crime.
Alex Jr.

E lá vem, novamente, o senador Ciro Nojeira estampando mais uma capa de revista, com suas conexões com criminosos expostas. Vergonha para o Piauí!
Raimundo Uchôa Araújo

QUEM TEME A SABATINA?

Jorge Messias reúne todos os requisitos e qualificações para assumir a vaga no Supremo Tribunal Federal. A resistência do Senado em aceitá-lo parece ter um componente político que deve ser enfrentado pelo presidente Lula e por seus colaboradores mais próximos. No entanto, a barganha política não pode ser o fator determinante na escolha de alguém com qualificação inquestionável para ocupar uma cadeira no STF. Persistir nisso seria apequenar-se perante a nação e a história do País.
Paulo Sérgio Cordeiro Santos

O MINISTRO DAS RUAS

É isso mesmo, Boulos. O governo precisa estar nas ruas, lutando pelo povo brasileiro.
Narcy Wutzki

Excelente a ideia desse governo itinerante. Sempre defendi essa proposta, especialmente por ter como objetivo aumentar a participação popular.
Vânia Teles

Que tal ajudar os trabalhadores precarizados das plataformas a se organizarem em cooperativas, para que eles próprios ofereçam, diretamente, serviços de entrega e transporte de passageiros? Eles precisam de acesso a financiamento e suporte tecnológico.
Márcio Ferreira

CIFRAS DO ÓDIO

A questão é que um homem que bate em mulher também é capaz de matar. É preciso lei forte para prender e punir esses criminosos covardes, além de ampla divulgação, para que todas as mulheres tenham acesso a informações sobre homens que já tiveram passagem na polícia por algum tipo de agressão.
Jacqueline Peres

O INFILTRADO

A prisão do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar, não surpreende ninguém. O estado está dominado há décadas por máfias políticas – direita e extrema-direita deitando e roubando. Enquanto o governo Lula III tenta aprovar a PEC da Segurança Pública, aqueles que sabotam o País fazem de tudo para impedir a Polícia Federal de trabalhar. O motivo é óbvio: as investigações batem à porta deles. O problema não é a segurança pública, e sim a política apodrecida que protege criminosos com mandato. Chega de blindagem. Chega de corporativismo. A casa caiu.
Heliano Oliveira

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

ines249

Esse Governo tem lado: o lado do povo brasileiro.

Milhões de cidadãos saíram do Bolsa Família e agora vivem do seu **trabalho digno**

O maior **investimento nas indústrias,** desde 1995

Recorde de investimento no agro

Brasil **saiu novamente do Mapa da Fome,** segundo a FAO/ONU

Recorde de inscrições no Enem, com o Pé-de-Meia

A menor mortalidade infantil da história

Abertura de **novos mercados**

Imposto de renda zerado para quem ganha até R$ 5 mil

ines249

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO
DO POVO
BRASILEIRO
GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

Inimigos do povo

O Parlamento se firma como o covil do golpismo

Irritado com a repercussão nas redes e fora delas da expressão "Congresso, inimigo do povo", o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ordenou à polícia legislativa a investigação do que considera um "ataque" ao Parlamento. Pai, mãe, padastro e padrinho do orçamento secreto, Alcolumbre não consegue largar o vício do poder acumulado pelo Legislativo durante o período em que o Brasil tinha na Presidência da República um cidadão que abandonou os afazeres do cargo para se dedicar exclusivamente ao planejamento de um golpe de Estado. O amapaense recorre a um subterfúgio típico: agressor, posa de agredido e atribui aos outros o seu comportamento autoritário. Na Câmara, Hugo Motta igualmente se faz de ofendido, embora com menos brio e altivez. E vale-se da truculência e da censura contra aqueles que denunciam suas manobras.

No fundo, Motta e Alcolumbre combatem o STF e o governo Lula para manter o poder sobre as emendas. Flávio Bolsonaro é só o bode na sala

A noite da terça-feira 9, mais uma entre tantas jornadas infelizes nos últimos meses, corrobora a percepção popular que Alcolumbre e Motta gostariam de silenciar. Enquanto os deputados aprovavam o projeto assinado por Paulinho da Força para reduzir as penas dos golpistas, tanto da cúpula quanto dos predadores do 8 de Janeiro, e davam prioridade à cassação de Glauber Braga, do PSOL, em detrimento da punição dos condenados Carla Zambelli e Alexandre Ramagem e do traidor da pátria Eduardo Bolsonaro, os senadores atropelavam a determinação do Supremo Tribunal Federal e emplacavam uma emenda à Constituição que não só abriga a esdrúxula tese do Marco Temporal, forma de impedir a homologação de Terras Indígenas daqui em diante, mas legaliza a grilagem. Antes, tivemos a derrubada dos vetos do presidente Lula ao PL da Devastação, o endurecimento das regras para o aborto legal e a proteção dos criminosos de colarinho branco no insultuoso projeto relatado por Guilherme Derrite, ex-secretário de Segurança do governador paulista Tarcísio de Freitas, felizmente derrubado no Senado. O ano ainda não acabou e não seria surpresa se o Parlamento presenteasse o Brasil com outras barbaridades. Que o diga o Supremo Tribunal Federal, na mira do bolsonarismo e do Centrão.

O Congresso dá provas diárias de ter se transformado em um covil de golpistas e gângsteres, salvo as honrosas exceções, entre elas a bancada progressista na Câmara e senadores da estirpe de Otto Alencar, Renan Calheiros, Alessandro Vieira, Jaques Wagner e Fabiano Contarato. Esse grupo, minoritário, nada ou pouco pode fazer diante da avalanche reacionária, movida por interesses pessoais, às vezes ideológicos, e pela tática de preservar intocado o esquema das emendas parlamentares. Acuar o Palácio do Planalto e, em especial, o STF é a maneira de preservar a captura do orçamento nacional. Quem, senão mal-intencionados e mancomunados, age na calada da noite e atropela as mínimas garantias constitucionais para impor sua vontade? O País sempre sai derrotado quando parlamentares, ao estilo mafioso, tramam na madrugada.

Lamentamos informar às vossas excelências Alcolumbre e Motta: o Congresso se tornou, de fato, inimigo do povo. Não adianta espernear. Nem recorrer a ameaças e à força bruta contra quem apenas constata o óbvio. •

ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO
E PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

ines249

A Semana

17.12.25

Rio/ Bons companheiros

Plenário da Alerj revoga a prisão do deputado Rodrigo Bacellar

Suspeito de vazar informações sigilosas de uma operação policial contra um colega acusado de envolvimento com o Comando Vermelho, Rodrigo Bacellar não passou nem uma semana no cárcere. Na segunda-feira 8, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro decidiu libertar o deputado do União Brasil, que presidia a Casa até ser detido pela Polícia Federal na quarta-feira 3. Bacellar não pode queixar-se da lealdade dos aliados bolsonaristas no estado. Dos 65 parlamentares presentes à votação, 42 foram favoráveis à soltura e apenas 21 defenderam a manutenção da prisão.

Bacellar é acusado de repassar informações reservadas da Operação Zargun, que levou à prisão do então deputado estadual Thiego Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias. O presidente da Alerj teria telefonado para o investigado na véspera da ação, permitindo que ele apagasse informações do celular e se desfizesse de objetos em casa. Preso em setembro, TH Joias é acusado de negociar drogas, armas e drones para o CV. À época filiado ao MDB, foi expulso da sigla e afastado do mandato.

TH Joias, Fonseca, Bacellar e Flávio Bolsonaro. Quem tem amigo não morre pagão

Após a decisão do Legislativo fluminense, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liberdade provisória a Bacellar, mas determinou seu afastamento da presidência da Alerj, o uso de tornozeleira eletrônica e o recolhimento domiciliar noturno, das 19h às 6h. O deputado também está proibido de se comunicar com outros investigados, perdeu o direito de portar armas e deve entregar seus passaportes.

No Olimpo da desigualdade

Apesar da expressiva redução da pobreza, que atingiu os menores níveis desde o início da série histórica do IBGE, em 2012, o Brasil segue entre os países mais desiguais do mundo. Os 10% mais ricos concentram 59,1% da renda nacional, enquanto a metade mais pobre fica com apenas 9,3%. Com isso, o País ocupa o quinto lugar entre 216 nações no novo Relatório da Desigualdade Global, publicado pelo World Inequality Lab, liderado pelo economista francês Thomas Piketty. Só África do Sul, Colômbia, México e Chile apresentam cenários piores. "A concentração da riqueza (valor dos ativos individuais) é ainda mais acentuada: os 10% mais ricos detêm 70% da riqueza total e o 1% mais rico, mais de um terço", aponta o relatório. Neste quesito, ocupamos a vergonhosa sexta colocação no ranking mundial.

Paraná/ SUPERFEDERAÇÃO FRATURADA

PP VETA CANDIDATURA DE MORO E APROFUNDA RACHA COM O UNIÃO BRASIL

Por unanimidade, o diretório do PP no Paraná decidiu vetar uma possível candidatura do senador Sergio Moro, do União Brasil, à sucessão do governador Ratinho Jr. em 2026. A definição, tomada em reunião na segunda-feira 8, aprofunda o racha entre os dois partidos da recém-criada federação União Progressista. Moro também enfrenta resistência dentro da própria legenda, onde parte dos correligionários defende manter a aliança com Ratinho Jr. e apoiar o nome indicado por ele – o governador trabalha para lançar seu secretário de Cidades Guto Silva. No PP, cogita-se ainda uma candidatura da ex-governadora Cida Borghetti.

Ao site de *CartaCapital*, o deputado federal Ricardo Barros, presidente do diretório estadual do PP, afirmou que Moro terá de deixar a federação se insistir na disputa. "Ele está no meio do mandato como senador, vai concorrer de qualquer maneira e procurará um partido que lhe garanta a legenda. Aqui ele não terá condição de registrar sua candidatura." Nas redes sociais, o presidente nacional do União Brasil, Antonio de Rueda, reafirmou a intenção de lançar o ex-juiz ao Palácio Iguaçu: "A imposição de vetos arbitrários é inaceitável".

O ex-juiz pode ficar sem legenda para disputar o governo do estado

RAFAEL CAMPOS/GOVERNO DO RIO DE JANEIRO E ALESSANDRO DANTAS/PT NA CÂMARA

ines249

Apetite chinês

Como tem sido hábito nos últimos 30 anos, os analistas financeiros ocidentais falharam miseravelmente em suas projeções para a China. Quem esperava uma queda expressiva nas exportações chinesas por conta das tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deu com os burros n'água. Pela primeira vez, as vendas externas do país ultrapassaram a marca de 1 trilhão de dólares no acumulado de janeiro a novembro. A redução do envio de produtos ao mercado norte-americano foi compensada pelo aumento dos negócios com outros países. Só no mês passado, as exportações cresceram 5,9%, acima das previsões dos especialistas.

Chile/ O pinochetismo redivivo

O ultraliberal José Kast é franco favorito no segundo turno das eleições

Kast une a direita. Jara sofre com a impopularidade do governo

RODRIGO ARANGUA/AFP E REDES SOCIAIS

A lei chilena proíbe a divulgação de pesquisas de intenção de votos uma semana antes das eleições, mas a troca de informações entre as campanhas e os analistas políticos indica que o pinochetista José Antonio Kast tende a vencer o segundo turno, no domingo 14, com uma vantagem de 12 a 16 pontos porcentuais em relação à comunista Jeanette Jara, ex-ministra do Trabalho e candidata governista. À retomada do projeto ultraliberal implementado durante a ditadura de Augusto Pinochet, Kast adiciona bandeiras da extrema-direita contemporânea. Promete expulsar imigrantes ilegais, a quem atribuiu grande parte da responsabilidade pelo aumento da violência, e controlar as fronteiras, ao mesmo tempo que propõe uma política linha-dura na área de segurança. Como todos os clones latino-americanos, exalta as medidas de Nayib Bukele, o aspirante a ditador de El Salvador que atropela os direitos humanos em nome do combate à criminalidade. O que se avizinha, salvo acontecimentos inesperados de última hora, é a mudança completa no humor dos chilenos depois dos massivos protestos de 2019 e 2020. Àquela altura, os eleitores pareciam cansados de um sistema que pouco havia se transformado desde o fim do regime autoritário. E que não garantia educação pública, saúde e previdência dignas. A esperança durou pouco. Fruto das revoltas, a nova Constituição, desenhada por uma Assembleia de maioria progressista, foi rejeitada pela maioria em 2023. A frustrante presidência do jovem Gabriel Boric, cujo ímpeto em "modernizar" as bandeiras da esquerda produziu discursos e posições ambíguas, jogou outra pá de cal na esperança em novos tempos. Coube a Jara a inglória tarefa de defender um governo impopular.

ines249

FRED MELO PAIVA

Flávio, Cadeia. Cadeia, Flávio

▶ Candidato à venda desconhece paradeiro de Napoleão. No Rio, deputados vão a pico da milícia para salvar informante do CV. Furo é de Anthony Garotinho

Olá, estas são as NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO! O semanário de bordo da nossa viagem na maionese. Os flatos que foram notícia no Brasil e no mundo!

Embora se presuma que um faccionado cogite a eventualidade de a casa cair, integrantes da Famiglia Bolsonaro têm manifestado desconhecimento sobre o que é uma prisão. Senão, veja: "Ele (Napoleão do Hospício) me falou uma coisa que EU NÃO SABIA. A ordem é deixar ele TRANCADO na chave o dia inteiro numa sala de 12 por 12, sai um período pequeno para caminhar, dá dez passos pra um lado, dez passos pro outro, e acabou o espaço". Sim, isso chama CADEIA, amigo.

O senador Flávio Bolsonaro (PL), agora candidato à venda, reclamou ainda que a comunicação com o pai é LIMITADA. Segundo o homem na gôndola, a rotina de Napoleão "LEMBRA UM CONFINAMENTO". Lembra??? "As informações chegam picadas, é como tentar acompanhar uma pessoa em cativeiro." Vá ao pai dos burros – o dicionário, não o Jair – e verá que cativeiro é um sinônimo possível para prisão.

Carluxo (PL), por sua vez, queria abraçar o capeta no dia do aniversário. Não foi autorizado e revoltou-se. Já tinha reclamado antes do ISOLAMENTO de Napoleão. Carluxo, Cadeia. Cadeia, Carluxo.

Ainda confuso sobre a diferença entre prisão e colônia de férias, Carlos acabou de compreender o Centrão: "Opera para preservar os interesses do mercado financeiro, garantindo lucros astronômicos aos bancos e sustentando um modelo de juros estratosféricos que estrangula famílias, empresas e governos". Eita, pera lá, mas aí ficou parecendo o Paulo Guedes e o Roberto Campos Neto, me poupe e me deposite num paraíso fiscal!

Com seu lançador de fogo amigo, atacou também a Faria Lima, que reprova Flávio e a rachadinha da direita: "FARIA LULER é o maior obstáculo ao crescimento nacional". Se não é um hospício, o que dizer?

PILAR VELLOSO E EVARISTO SÁ/AFP

E ATENÇÃO! PLANTÃO NH: MICHEQUE ENFERMA! Boletim médico sobre seu afastamento do PL Mulher: "A presidente Michelle (*sic*) vinha lidando com algumas alterações em sua saúde (...) em consequência das tensões envolvendo a prisão do marido (...), SUA IMUNIDADE FOI AFETADA e as alterações agravadas". Para o "jornalista" Allan dos Santos, o problema é intestinal: "ELA ESTÁ CAGANDO PARA BOLSONARO".

BOMBA! REUNIÃO PARA SOLTAR BACELLAR ACONTECEU EM PONTO DE ENCONTRO DA MILÍCIA. Que fase! Antes de aprovar a soltura de Rodrigo Bacellar – presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro acusado de passar informações policiais ao Comando Vermelho –, um grupo de deputados reuniu-se no restaurante Fratelli da Barra da Tijuca. "Quem leu meu livro sabe muito bem o que acontece no Fratelli", escreveu a jornalista Cecília Oliveira, autora de *COMO NASCE UM MILICIANO* (Bazar do Tempo). A informação sobre o encontro foi publicada por... ANTHONY GAROTINHO! Rio de Janeiro do céu, né possível!

Sim, é possível também em Minas Gerais! ACUSADO DE AGREDIR EX-ESPOSA É O NOVO PRESIDENTE DO PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA EM MG! Siiiiiim, Wellington Magalhães, aquele que cumpre medida protetiva e não pode estar a menos de 200 metros da ex-esposa!

THAT'S ALL, FOLKS! Voltamos a qualquer momento com novas agressões, *ops*, informações. NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO nunca desliga. •

Jornalista, indicado ao Emmy Internacional com a série O Infiltrado. *Autor dos livros* O Atleticano Vai ao Paraíso *e* Bandido Raça Pura.

ines249

Feliz Ano Novo

A ANER acredita que juntos somos força de transformação. 2026 chega para ser vivido com coragem, atitude e visão. É hora de identificar oportunidades, agir e liderar mudanças.
Não espere o futuro — construa-o conosco.
Feliz 2026!

ANER
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS

Saiba mais em: **www.aner.org.br.**

ines249

ines249

FACAS E PUNHAIS

POR DINHEIRO DAS EMENDAS E VINGANÇA PESSOAL, MOTTA E ALCOLUMBRE ABRAÇAM A AGENDA BOLSONARISTA

por ANDRÉ BARROCAL

O governo acaba de facilitar e baratear a obtenção da carteira de motorista. Ao anunciar as medidas, o presidente Lula comentou: "Teoricamente, eu tenho um Congresso totalmente adverso". A maioria dos deputados e senadores é uma mistura de reacionários bolsonaristas e integrantes do "Centrão", descrição imprecisa daquela turma movida a fisiologismo e negócios. Quando essas duas bandas se unem, o País assiste a cenas dignas dos Corleone, a família mafiosa de *O Poderoso Chefão*. A tentativa de proteger congressista fora da lei e anistiar golpistas foi um desses momentos hollywoodianos, felizmente derrotada pelas ruas meses atrás. O anúncio da candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro colocou na praça um *spin-off* desse mesmo filme no qual a chantagem deu o tom, inclusive no próprio campo da oposição.

A candidatura de Flávio busca empa-

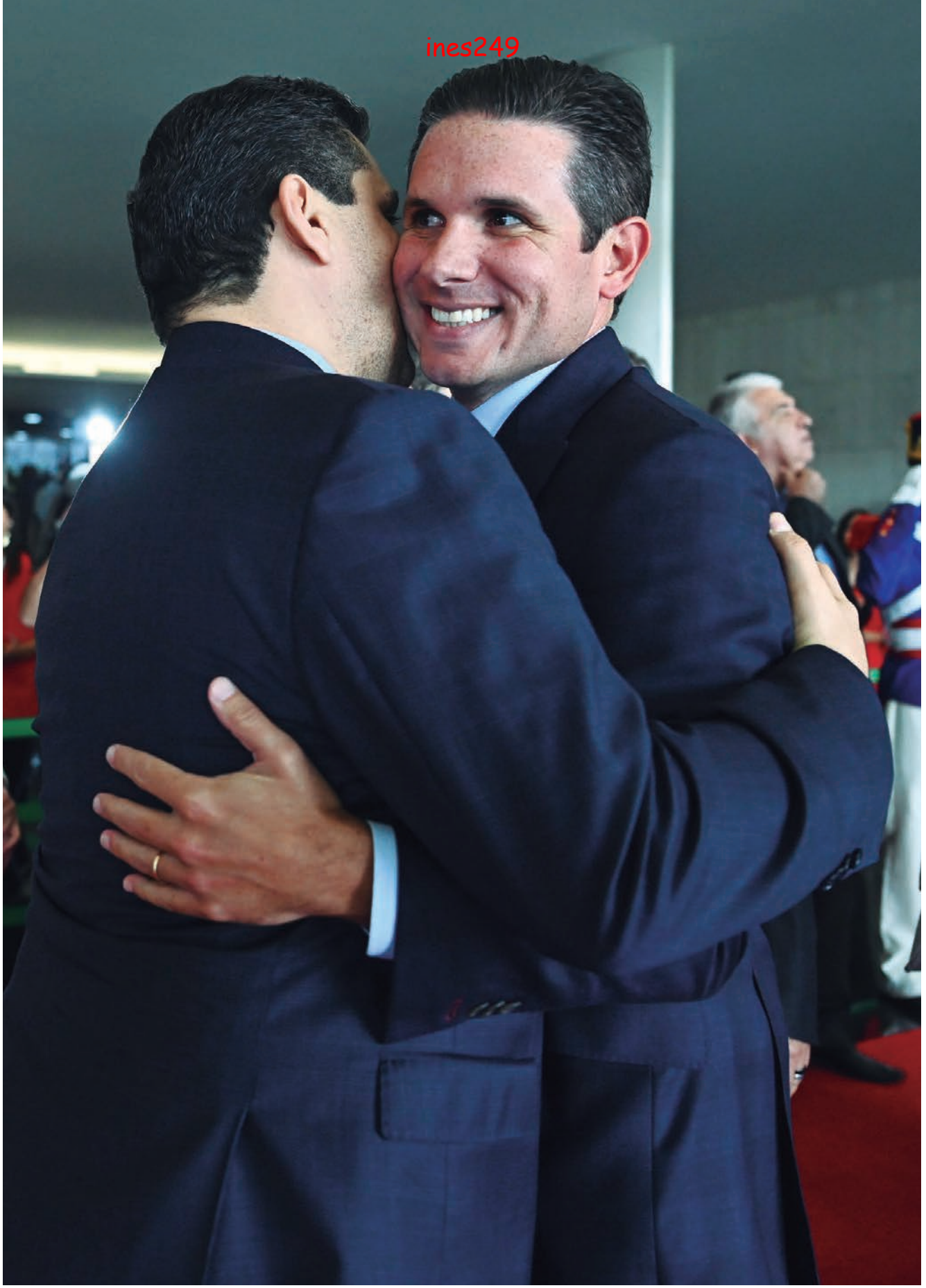
O senador Flávio Bolsonaro usa a candidatura presidencial como moeda de troca da família

redar o governador paulista, Tarcísio de Freitas, e todos aqueles que o defendem como o adversário de Lula nas urnas. E o motivo é fácil de entender. O pai do senador está condenado a 27 anos de cadeia e não quer morrer na prisão. Precisa de anistia ou redução de pena, qualquer uma das alternativas. Se algum presidenciável antilulista quiser os votos do eleitorado bolsonarista terá, desde logo, de começar a trabalhar para livrar a cara do capitão, não bastam promessas para o futuro incerto. Do contrário, o clã fará de tudo para manter sob controle esses eleitores, por meio de um candidato com o sangue do ex-presidente. Deu certo a chantagem.

Em uma reunião três dias depois de Flávio ter se colocado no páreo, os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto, do PP, o senador Ciro Nogueira, e do União Brasil, Antonio Rueda, combinaram: todos apoiariam a votação de uma lei de redução de pena para os golpistas. Não por coincidência, o filho 01 havia anunciado aos quatro ventos que a sua candidatura tinha um "preço". "Todo mundo sabe que a direita quer o Tarcísio", afirma Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e deputado eleito pelo PT. "O Flávio colocou a candidatura porque impede uma unidade nesse campo. E, ao impedir essa unidade, exige em contrapartida a anistia do pai. Se houvesse anistia, o candidato seria o Bolsonaro."

O próximo passo na trama coube a Hugo Motta, o presidente da Câmara dos Deputados. Sem avisar o governo, apoiador de sua eleição para o cargo e contrário ao alívio para os golpistas, Motta marcou a votação da redução de pena, também conhecida como dosimetria. O paraibano, registre-se, é do mesmo partido do chantageado Freitas, o Republicanos, adora um convescote na Avenida Faria Lima, a casamata do "mercado", e é parceiro de Nogueira. Sua chefe de gabinete, Sabbá Cordeiro, foi assessora do senador e presidente do PP por anos e exerceu a chefia de gabinete quando este comandou a Casa Civil no governo Bolsonaro.

ines249



ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO E TON MOLINA/AFP

Em uma semana na qual a chantagem prevaleceu até entre supostos aliados, Alcolumbre e Motta transformaram o Congresso em um covil golpista

ines249

Se aprovada no Senado, a dosimetria será um tapa na cara das instituições. Bolsonaro ficaria menos de três anos em regime fechado

Após Motta anunciar a votação da redução de pena, ministros petistas conversaram e, com base em informações de bastidor do Congresso, convenceram-se de que se ensaia um acordo para Freitas ser o candidato e Flávio, o vice. Um acordo, prossegue Teixeira, costurado sobretudo por Nogueira e outro pepista, Arthur Lira, antecessor de Motta no comando da Câmara. Na reunião de líderes partidários na qual comunicou a votação, o presidente da Casa colocou na mesa um tema palpitante e de interesse de nove em cada dez congressistas: as emendas parlamentares, o dinheiro para obras inserido no orçamento por deputados e senadores. Foi o que se soube graças a uma conversa de deputados do PDT gravada por uma repórter de *O Globo*. Os pedetistas falavam do encontro de líderes e comentaram que o paraibano havia solicitado "ajuda" para conseguir do governo a liberação dos recursos. Outra chantagem. Patrocinar a causa bolsonarista poderia funcionar para pressionar o Palácio do Planalto.

Não foi a primeira vez que Motta agiu na surdina e pelas costas do governo Lula. Foi assim na derrubada do decreto presidencial que aumentava em junho o IOF, tributo sobre operações financeiras, na votação da urgência para anistiar os golpistas, em setembro, e na designação de um bolsonarista da gema (e secretário de Freitas) para desvirtuar uma lei elaborada pelo Ministério da Justiça contra o crime organizado. Ao saber que o deputado levaria ao plenário a redução de pena de golpistas, um cacique petista comentou: "Ele escolheu dialogar com um lado da sociedade, o bolsonarismo. Agora vai acontecer na Paraíba o que já caminhava para acontecer". Motta tenta dar uma força à campanha ao Senado do pai, Nabor Wanderley, prefeito da cidade de Patos. Em um estado do Nordeste, a bênção de Lula faz diferença. O presidente vai, conforme o cacique petista, apoiar os dois rivais de Wanderley: o governador João Azevêdo, do PSB, e o atual senador Veneziano Vital do Rêgo, do MDB.

O Planalto deu o troco no presidente da Câmara em outro embate. Além da votação de redução de pena de golpista, Motta mandou ao plenário a cassação de Glauber Braga, do PSOL do Rio de Janeiro, acusado de quebra de decoro por ter chutado um militante do MBL que havia ofendido a sua mãe nos corredores do Congresso. Na véspera de o processo ir a voto, Braga ocupou a cadeira da presidência da Casa e foi retirado à força pela polícia legislativa por ordem do próprio Motta, conforme o chefe dos seguranças revelou a jornalistas. Repórteres foram agredidos do lado de fora do plenário, tinham sido proibidos de entrar. Tudo sem um registro sequer da TV Câmara, devidamente censurada. O episódio custou a Motta uma queixa-crime na Procuradoria-Geral da República por lesão corporal e autoria intelectual das agressões.

ABRAÇAR A PAUTA BOLSONARISTA É UMA FORMA DE MOTTA PRESSIONAR PELA LIBERAÇÃO DAS EMENDAS

Braga havia feito em abril uma greve de fome contra a perda de mandato e à época recebera uma visita da ministra Gleisi Hoffmann, responsável pela articulação política do Planalto. Um dos secretários da equipe da ministra, André Ceciliano, atuou para o psolista escapar da cassação, conversou com vários deputados. E conseguiu. O acusado foi punido com seis meses de suspensão, o que mantém seu direito de disputar a próxima eleição. Será substituído nesse tempo por Heloísa Helena. A deputada bolsonarista Carla Zambelli, do PL paulista, preservou o mandato na mesma sessão, apesar de ter sido condenada a 15 anos de prisão em dois processos diferentes pelo Supremo Tribunal Federal. Para a Corte,

ines249

Os indígenas acabaram arrastados para o meio da contra-ofensiva do Parlamento. Amin não descarta a anistia ampla, geral e irrestrita

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL, ZECA RIBEIRO/AGÊNCIA CÂMARA, ROSINEI COUTINHO/STF E SÉRGIO LIMA/AFP

a cassação da parlamentar, presa na Itália à espera de uma decisão sobre sua extradição, deveria ser automática. Confusão à vista entre Câmara e STF, algo que se repetirá no caso de Alexandre Ramagem, do PL do Rio, condenado a 16 anos de prisão na mesma ação penal de Bolsonaro e foragido nos Estados Unidos.

Com a aprovação da dosimetria por 291 votos a 148, a pena de Bolsonaro pode cair de 27 para 20 anos. E o tempo efetivo na cadeia, em regime fechado, de 7 para 3 anos. Eis a obra do deputado Paulinho da Força, do Solidariedade, autor da versão final do projeto enviado ao Senado. O PT e o PSOL convocaram manifestações para o domingo 14 contra o alívio dado aos golpistas. Os psolistas dizem abertamente se tratar de protestos contra o "Congresso inimigo do povo". Dias antes, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do União Brasil do Amapá, havia mandado a polícia legislativa investigar a origem de mensagens postadas nas redes sociais contra o Congresso. Ele e Motta desconfiam ser obra do PT. Lula, comenta um deputado petista, tomou gosto por enfrentar o Congresso. Deu-se conta de que faz bem para o ibope.

Alcolumbre é outro da galeria de chantagistas desta reportagem, impelido por (é o que corre nos bastidores do Senado) sentimentos de vingança em relação a Lula e ao Supremo. O senador prometia votar rapidamente a redução de pena para os golpistas. Graças ao colega Otto Alencar, do PSD da Bahia, por enquanto o plano não deu certo. Alencar comanda a Comissão de Constituição e Justiça, passagem de quase todos os projetos antes de decisões plenárias. O baiano contestou Alcolumbre durante o anúncio da tramitação a jato e cobrou que a CCJ votasse antes do plenário. Na manhã seguinte, com a lei aprovada na Câmara, driblou o presidente do Senado e acertou-se com a burocracia para o envio do projeto à comissão. E designou um direitista, o catarinense Espiridião Amim, do PP, como relator. O parecer deve ser apresentado na terça-feira 17, naquela que deve ser a última semana legislativa no ano. Um governista pedirá para examiná-lo com calma, o que empurrará o desenlace para 2026. Alcolumbre irá contra-atacar?

O amapaense comentou no meio de uma sessão que há uma coleta de assinatura entre senadores para o projeto ser examinado em regime de urgência, o que lhe permitiria tirá-lo da CCJ e levá-lo diretamente ao plenário. De quebra, decidiu que, na última semana de trabalho, os senadores poderão votar à distância, sem precisar estar em Brasília. Situação preocupante, segundo um lulista da Casa, para quem Alcolumbre opera no modo "vingança", atiçada pela derrota na tentativa de emplacar no Supremo o aliado Rodrigo Pacheco, senador pelo PSD de Minas Gerais. Lula preferiu indicar Jorge Messias, o advogado-geral da União. "O Davi jogou muito peso pelo Pacheco", salienta o lulista, que aponta outra "vingança", a votação a toque de caixa de uma mudança na Constituição que dá vida à tese ruralista de "marco temporal" na demarcação de Terras Indígenas.

A votação ocorreu na véspera de o STF iniciar o julgamento de ações contrárias a uma lei de 2023 que consagra o marco temporal. Aprovada pelo Congresso, foi barrada por Lula e ressuscitada pelos parlamentares com a anulação do veto presidencial. Havia nascido em circunstância idêntica à de agora, bem na hora de o Supremo julgar a tese de "marco temporal", que limita as demarcações de Terras Indígenas. O atual relator no tribunal é Gilmar

ines249

Mendes. Não que este seja um amante das causas indígenas – é dono de terras em um estado ruralista, o Mato Grosso –, mas há dois anos tinha votado a favor delas. E foi quem deu recentemente uma liminar para dificultar o *impeachment* de togados do STF, um tranco indireto no Senado.

Mendes havia fixado duas regras ao examinar ações contrárias à lei de 1950 que trata da cassação de autoridades. Somente a Procuradoria-Geral da República teria poderes para pedir a cabeça de um juiz e a aprovação no Senado precisaria contar com dois terços dos votos, quórum semelhante àquele de processos contra um presidente. Alcolumbre ficou uma fera com a liminar, justificada verbalmente por Mendes como uma

Estão nas mãos do Supremo, sob constante ameaça, os mecanismos para por fim à farra do orçamento secreto. A Corte irá adiante?

espécie de antídoto contra a estratégia eleitoral bolsonarista de tomar conta do Senado a partir de 2027 e fustigar a Corte suprema. Os dois principais alvos são Alexandre de Moraes, algoz dos golpistas, e Flávio Dino, empenhado em colocar um freio na farra das emendas.

Dino está em uma cruzada moralizadora. Desde 2024 tem tomado decisões que jogam luz e facilitam o rastreio do dinheiro empenhado por parlamentares. Sempre que se depara com pistas de falcatruas, avisa a Polícia Federal. Aconteceu de novo nos últimos dias, diante de outra auditoria da Controladoria-Geral da União. No despacho, anotou ter havido "grave afronta às decisões do STF em tema tão relevante quanto o uso de dezenas de bilhões de reais do Orçamento". Na condição de presidente de uma das turmas da Corte, agendou o julgamento da primeira ação penal que pode mandar à cadeia congressistas acusados de corrupção com emendas. Será em março. Na mira, um trio do PL: Josimar do Maranhãozinho e Pastor Gil, ambos do Maranhão, e Bosco Costa, de Sergipe.

O que os congressistas mais temem é que Dino leve a Corte a julgar três ações capazes de acabar com a obrigação de o governo liberar os recursos das emendas e o uso do PIX nesses pagamentos. "O Congresso não aceitará retrocessos", declarou Motta em um debate com o juiz no início do mês. "'Ah, (o Congresso) não pode ficar com pires na mão'. É verdade, não pode. Mas também não pode roubar o pires. Não pode roubar o

Glauber Braga não contou com a paciência demonstrada por Motta no episódio dos bolsonaristas que ocuparam a mesa da Câmara por dois dias

ines249

prato, o copo, a xícara, a colher", rebateu Dino. Em setembro, o togado requereu à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria que se manifestassem pela última vez nos processos sobre a impositividade e as emendas PIX. Em tese, está autorizado a pedir ao presidente do Supremo, Edson Fachin, que marque a data da decisão plenária. Um julgamento "apocalíptico", anotou Dino em junho, em Portugal, em razão do previsível terremoto nas relações entre governo e Congresso. Adendo: na quarta-feira 10, após o Senado acenar com uma mudança nas regras de *impeachment* dos magistrados, Mendes suspendeu a própria decisão de limitar à PGR o poder de solicitar as cassações.

Edinho Silva, presidente do PT e ex-ministro, vê um "desarranjo institucional" provocado pelo gigantismo das emendas. Um "desarranjo que descaracteriza o presidencialismo" e fica patente, segundo ele, quando há um mandatário forte como Lula. "Não concordo com as emendas impositivas. O fato de o Congresso Nacional sequestrar 50% do orçamento da União é grave erro histórico", declarou em um evento em Brasília. Lula nunca falou sobre resolver o problema no Supremo, mas parece torcer por esse desfecho. Edinho Silva é a favor.

ALCOLUMBRE MANOBRA PARA VOTAR A DOSIMETRIA EM REGIME DE URGÊNCIA

O ex-ministro não leva a sério a candidatura de Flávio Bolsonaro, acredita se tratar de um bode colocado na sala para abrir espaço à negociação da libertação do pai. E, mesmo se fosse para valer, o PT demonstra não se preocupar com os nomes nas urnas contra Lula. "O adversário interessa muito pouco, o que interessa é a situação em que o governo vai chegar", afirmou o petista em um café da manhã com jornalistas em Brasília. "A candidatura do Flávio tem uma característica: ele não vai ser eleito, mas atrapalha demais os outros concorrentes do mesmo campo, que vão ter de lutar para ir ao segundo turno", afirma o cientista político Leonardo Avritzer, professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais.

"O Flávio é o menos carismático e o mais vulnerável dos filhos do Bolsonaro. Tem telhado de vidro, por causa da 'rachadinha' e da mansão de Brasília."

"Rachadinha" é nome folclórico para "peculato", a captura de dinheiro público por quem deveria zelar por ele. O crime foi imputado ao senador pelo Ministério Público do Rio em razão da descoberta de que ele, quando deputado estadual, embolsava parte do salário de funcionários do gabinete. Nesse enredo, sepultado pelo Judiciário sem um julgamento de mérito, desponta o capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega, miliciano, matador de aluguel e bicheiro morto em um cerco policial na Bahia em 2020. No ano seguinte, Flávio comprou uma casa de 6 milhões de reais na capital brasileira. Metade do dinheiro veio de um empréstimo mal explicado do BRB, o banco estatal de Brasília metido no escândalo do Master. Um dos maiores doadores de Bolsonaro na campanha de 2022 foi o cunhado do dono do Master. Idem com Tarcísio de Freitas.

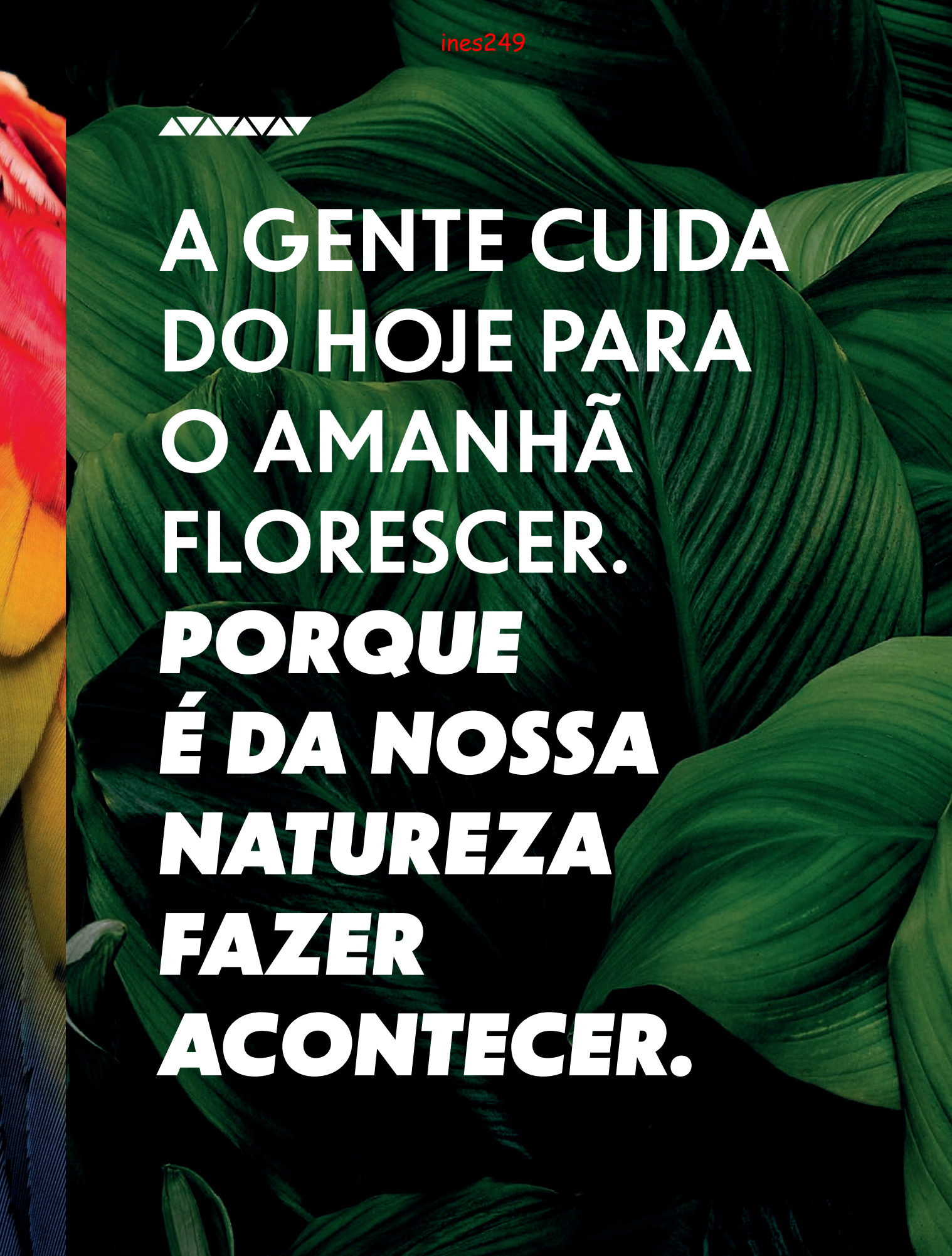
E o governador paulista, concorrerá a presidente? "Ele vai raciocinar até o último momento se vai se licenciar do governo de São Paulo e arriscar o que hoje é a fortaleza deles", aposta Teixeira. O Diretório Nacional do PT reuniu-se depois de Flávio declarar-se presidenciável e analisou o quadro político. O documento divulgado após o encontro não cita o senador, mas menciona o governador. Os petistas torcem para Freitas concorrer ao Planalto. Acham mais fácil carimbá-lo de representante do "mercado", dos bancos, dos ricos. Registre-se: o dólar subiu e a Bolsa de Valores caiu no dia do anúncio da candidatura do filho 01 justamente por causa das preferências da Faria Lima. O PT imagina ainda que sem o atual governador na disputa em São Paulo haveria chance real de tomar a "fortaleza" inimiga, ou com a postulação de Fernando Haddad, ministro da Fazenda, ou a do vice-presidente Geraldo Alckmin.

A ver como evoluirão as negociações pelas bandas dos chantagistas. •

GAGE SKIDMORE, PABLO VALADARES/AGÊNCIA BRASIL, SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO, REDES SOCIAIS E GUSTAVO MORENO/STF

Zambelli, condenada à prisão, não foi cassada. A Câmara continua a bancar um traidor da pátria

ines249



A GENTE CUIDA DO HOJE PARA O AMANHÃ FLORESCER. **PORQUE É DA NOSSA NATUREZA FAZER ACONTECER.**

ines249

A CAIXA e o Governo Federal acreditam na construção, hoje, de um futuro justo, inclusivo e regenerativo.

Por isso, apoiamos diversos projetos e temos soluções que unem inovação, impacto social e meio ambiente, incentivando a transição para uma economia de baixo carbono, sem deixar ninguém para trás.

Do saneamento básico à mobilidade limpa.
Da moradia digna ao apoio à cultura criativa.
Da inclusão social à autonomia financeira.

COP30 BRASIL AMAZÔNIA BELÉM 2025

CAIXA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

Corrida letal

TRANSPORTE Pesquisadores do Ipea alertam para os riscos da liberação indiscriminada dos mototáxis nas grandes cidades

POR FABÍOLA MENDONÇA

No início de dezembro, uma carreta que trafegava pela BR-101, em Ribeirão, na Zona da Mata de Pernambuco, perdeu o controle numa curva. O semirreboque se desprendeu da cabine e caiu sobre três motocicletas que passavam na pista ao lado. Os três condutores morreram no local, somando-se a uma triste estatística em crescimento no Brasil. Uma pesquisa recém-divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que, somente em 2023, mais de 13,5 mil brasileiros perderam a vida em acidentes com motos, número que acompanhou a expansão da frota de duas rodas no País, de 2,7 milhões em 1998 para 34,5 milhões em 2024.

O fenômeno também pressiona os cofres do SUS. Em 2024, as internações de motociclistas geraram uma despesa de 260,5 milhões de reais, equivalentes a 57,9% do total gasto com acidentes de trânsito. “Nos últimos 30 anos, houve no Brasil uma redução de cerca de 30% na mortalidade por sinistros de trânsito. O número de acidentes de carro, por

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 38
Câmara. CCJ aprova a revogação da controversa Lei de Alienação Parental

ISTOCKPHOTO E EDSON LOPES JR./PREFEITURA DE SP

exemplo, caiu 20%, ao contrário das motos, que na virada do século representavam 5% das mortes no trânsito e hoje chegam a 40%", explica o pesquisador Carlos Henrique Carvalho, um dos autores do estudo do Ipea.

"Dos quase 450 milhões de sinistros de trânsito, cerca de 60% envolveram motocicletas, o que impacta fortemente os gastos com saúde pública. A rede hospitalar está sobrecarregada, com leitos ocupados ao máximo por acidentados", observa Carvalho. "Em colisões envolvendo motos, a probabilidade de óbito ou lesão grave é muito maior do que em acidentes com carros. Essas ocorrências costumam demandar atendimentos prolongados, deixando alas de trauma e emergências superlotadas."

Apesar da sobrecarga, há cerca de cinco anos o atendimento às vítimas de acidentes de trânsito não conta mais com os recursos do seguro obrigatório de veículos. O extinto DPVAT injetava mais de 2 bilhões de reais por ano no SUS. "Hoje, enfrentamos uma situação contraditória. Ao mesmo tempo que cresce a venda de motocicletas, com aumento do crédito ao consumidor e incentivos à indústria, extingue-se uma política que, de certa forma, criava condições de melhoria no atendimento das vítimas."

Em nota técnica divulgada no fim de novembro, o Ipea reuniu esses dados alarmantes para alertar a sociedade sobre os riscos da regulamentação do serviço de mototáxi. "A motocicleta não é um veículo adequado para transporte comercial de passageiros. Em certas regiões, especialmente onde a infraestrutura é deficiente e não há vias próprias para transporte público, reconhecemos a necessidade de serviços complementares, eventualmente com motos, mas de forma muito localizada", ressalta Carvalho. "O risco é que, com a entrada dos aplicativos, não haja controle da frota nem dos corredores de trânsito rápido e de alta demanda, onde o perigo de acidentes é enorme. Estamos vivendo o

As motos já respondem por 40% das mortes no trânsito brasileiro e sobrecarregam o SUS

Disputa. Recentemente, o STF derrubou uma lei paulista que autorizava municípios a proibir o transporte remunerado de passageiros com motocicletas

ines249

Alerta. "Dos quase 450 milhões de sinistros, cerca de 60% envolvem motos", afirma Carlos Henrique Carvalho, do Ipea

que se convencionou chamar de 'asiatização' do trânsito, com as motocicletas assumindo protagonismo cada vez maior."

Em São Paulo, a regulamentação do mototáxi virou um verdadeiro cabo de guerra. No início de novembro, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional uma lei paulista que permitia aos municípios do estado proibir o transporte remunerado de passageiros por motocicletas — como havia feito a capital por decisão do prefeito Ricardo Nunes, do MDB. Relator do processo, o ministro Alexandre de Moraes acolheu o argumento da Confederação Nacional de Serviços de que a norma invadia a competência da União para legislar sobre trânsito e transportes.

Com o iminente retorno dos serviços de mototáxi por aplicativos, como Uber e 99, a Câmara Municipal correu para aprovar uma regulamentação restritiva proposta por Nunes. O texto veta a circulação desse tipo de transporte em vias de trânsito rápido, como as marginais Tietê e Pinheiros, e na região do Minianel Viário, que abrange todo o centro expandido. Os condutores devem ter ao menos 21 anos, concluir curso específico, apresentar exame toxicológico com janela de 90 dias, estar inscritos no INSS, entre outras exigências. As motos precisam ter entre 150 cm³ e 400 cm³, até oito anos de uso e placa vermelha. Passageiros devem ter 18 anos ou mais e utilizar equipamentos de segurança e coletes reflexivos. Para JR Freitas, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos e fundador da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (ANEA), o conjunto de regras, na prática, inviabiliza o serviço na capital.

O governo federal prepara uma ofensiva para regulamentar aplicativos de entrega

"O prefeito alega que o serviço é perigoso e pode ampliar as mortes no trânsito, mas não convence. Não tomou medidas para proteger os entregadores por aplicativo e ainda divulga, no Instagram, a chegada da Keeta, a maior empresa de *delivery* do mundo. Se realmente estivesse preocupado, já teria apresentado um plano para o setor e cobrado responsabilidades das empresas", afirma. Freitas destaca que as plataformas não assumem responsabilidade pelos sinistros, que nem sequer são reconhecidos como acidentes de trabalho pela frágil legislação brasileira. Ele defende a inclusão desses profissionais no sistema previdenciário e a obrigação de as empresas fornecerem equipamentos de segurança. "Precisamos de EPIs que reduzam os acidentes ou ao menos amenizem as sequelas. O Estado tem sido omisso ao não impor regras às plataformas. Trata-se de uma

ines249

das profissões que mais mata no País e, mesmo assim, ninguém age. Preocupam-se com os passageiros, enquanto as vidas de trabalhadores pobres e da periferia seguem tratadas como descartáveis."

No início deste mês, o governo federal publicou uma portaria interministerial criando um grupo de trabalho para discutir a regulamentação dos entregadores por aplicativos. A proposta é dialogar com organizações de trabalhadores e representantes das empresas, a fim de construir medidas que atendam a ambos os lados. Os três principais eixos do GT são a definição de um ganho mínimo para motociclistas, a criação de um seguro, a inclusão previdenciária e a garantia de maior transparência nos algoritmos.

Coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, recém-confiada por Lula a Guilherme Boulos, o grupo terá a participação dos ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Também foram convidados representantes do Tribunal Superior do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da comissão especial da Câmara dos Deputados que discute a regulamentação dos trabalhadores por aplicativo. A expectativa é que, até fevereiro de 2026, seja apresentado um relatório consensual que contemple as necessidades dos profissionais – tanto de transporte de passageiros quanto de entrega – e das plataformas digitais.

"É preciso ter consciência humana. A Uber, por exemplo, não possui um único carro, não abastece nenhum tanque, não assume custo ou risco. A empresa apenas oferece a intermediação tecnológica e fica com uma fatia relevante do trabalho e da viagem do motorista", afirma Boulos. "Trata-se de um tema de direitos e de dignidade. É claro que aplicativos de transporte ou *delivery* facilitam a vida das pessoas, mas essa conveniência não pode ocorrer à custa da exploração e do sofrimento de quem trabalha, sem qualquer garantia. É essa balança que queremos ajustar."

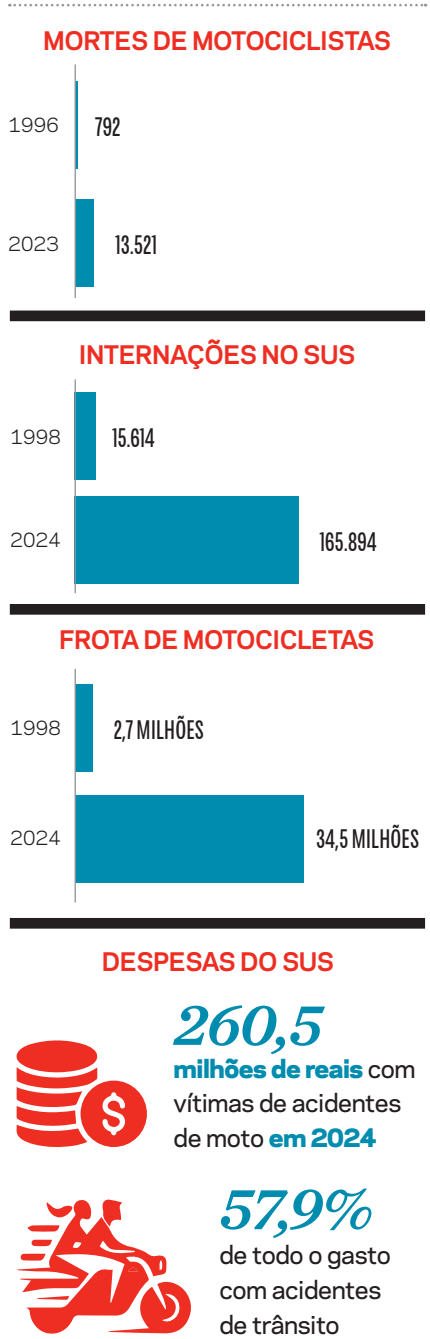
Edgar Gringo, da Associação dos Motoqueiros e Autônomos do Brasil, acrescenta que todos os equipamentos são do próprio trabalhador. "A gente coloca à disposição da plataforma a moto, o celular, o capacete, a capa de chuva... Trabalhamos até 76 horas por semana, sem um dia de descanso. Se o entregador precisa passar mais tempo na rua para sustentar a família, é evidente que o risco de acidente aumenta. E, como as empresas não fornecem nem fazem a manutenção das motos, muitas deixam de passar por revisão, o que também é apontado como uma das principais causas de acidentes", afirma. "Além disso, somos constantemente pressionados a trafegar em alta velocidade para cumprir metas, sob pena de punição ou banimento. Com esse modelo, não há como esperar outro resultado que não seja mais acidentes."

Atualmente, não existe um valor fixo pago aos entregadores por aplicativo, nem mesmo um piso, variando conforme a plataforma. Segundo JR Freitas, o iFood é o que oferece melhor remuneração: 7,50 reais por taxa para um raio de até 4 quilômetros, mais 1,50 por cada quilômetro adicional. Os trabalhadores reivindicam 10 reais como taxa mínima. "Quem sai para trabalhar define uma meta diária para cobrir os custos e garantir um valor mensal suficiente para sustentar a família. Quanto menor a taxa, maior a jornada. E quanto mais tempo na rua, mais vulnerável fica", avalia.

Em relação ao mototáxi, o Ipea dialoga com a Secretaria Nacional de Trânsito, vinculada ao Ministério dos Transportes, para orientar a não regulamentação indiscriminada desse serviço. "Queremos evitar que os aplicativos façam o que quiserem, aumentando o risco de mortes", afirma Carvalho. Ele defende que o governo federal implemente políticas públicas e uma legislação nacional que puna excessos e proteja os trabalhadores. •

PERIGO EM DUAS RODAS

O impacto dos acidentes com motos no Brasil



Fonte: Ipea, com dados do DATAASUS e Senatran.

REGINA ASSIS E ISTOCKPHOTO

ines249

CONQUISTA HISTÓRICA DO POVO BRASILEIRO

ZEROU
O IMPOSTO DE RENDA
PRA QUEM GANHA ATÉ
R$5 MIL

E OS **SUPER-RICOS**
VÃO PAGAR
MAIS

SAIBA MAIS EM gov.br/brasilmaisjusto

ines249

O QUE MUDA PARA OS BRASILEIROS A PARTIR DE JANEIRO DE 2026:
QUEM GANHA ATÉ
R$ 5 MIL POR MÊS:
ZERO IMPOSTO
DE R$ 5 MIL ATÉ
R$ 7.350 POR MÊS:
IMPOSTO MENOR
MAIS DE
R$ 50 MIL POR MÊS:
CONTRIBUIÇÃO JUSTA

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

Cavalo de Troia

AMEAÇA DIGITAL FNDE contrata empresa de espionagem para gerenciar dados de programa nacional de transporte escolar

POR MAURÍCIO THUSWOHL

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal subordinada ao Ministério da Educação, mantém desde o ano passado um contrato com uma empresa de "mineração de dados" que é alvo de diversas ações judiciais nos Estados Unidos por seus serviços de espionagem e contrabando de informações prestados a clientes como o Pentágono, a CIA e os serviços secretos MI6 (Reino Unido) e Mossad (Israel). Fundada em 2003 por Peter Thiel, cofundador do PayPal, e pelo bilionário Alex Karp, a Palantir é apontada por entidades de defesa dos direitos civis como aliada da extrema-direita internacional, posição reforçada recentemente pelo apoio tecnológico do grupo às operações do Exército israelense na Faixa de Gaza e ao rastreamento de imigrantes para deportação pela Agência de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE).

O currículo da empresa não parece o mais adequado para cuidar de transporte escolar infantil, mas é isso que acontece desde março do ano passado, quando a Palantir passou a fazer a gestão e análise de dados do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), que tem por objetivo possibilitar o acesso às escolas da rede pública por estudantes que moram em áreas rurais ou isoladas. O Relatório de Gestão do FNDE para 2025 afirma que, ao longo do ano, o fundo "ampliou significativamente seus investimentos em inovação tecnológica" e, entre outras aquisições, cita o software Palantir Foundry and Artificial Intelligence Platform (AIP), plataforma utilizada, segundo a própria empresa, para "integração, análise e modelagem de dados e desenvolvimento de baixo código". A AIP é operada em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Feita sem alarde, a contratação da Palantir foi identificada pelo professor e sociólogo Sérgio Amadeu, que denunciou o caso em um vídeo publicado nas redes sociais. À *CartaCapital*, Amadeu afirma que o episódio ilustra um dos principais caminhos de penetração das *big techs* na administração pública brasileira: "A nuvem do Serpro está sendo usada como barriga de aluguel. O Serpro mantém parceria com a Amazon Web Services (AWS), que, por sua vez, tem um contrato sigiloso com a Palantir. Esse arranjo torna invisível uma série de operações. Uma *big tech* foi colocada para integrar a nuvem tanto do Serpro quanto da Dataprev".

Com longa lista de serviços prestados à CIA, ao MI6 e ao Massad, a Palantir criou sistema para rastrear imigrantes ilegais nos EUA

Amadeu questiona a contratação da Palantir sem licitação. "Não haveria outros sistemas similares para a gestão de dados do FNDE? Somente o Palantir Foundry poderia ser utilizado? Por que contratar essa solução?", indaga. Procurada pela reportagem para esclarecer esse e outros pontos, a presidência do FNDE respondeu, por meio de nota, que a entidade "utiliza a Plataforma Foundry, licenciada via contrato com o Serpro, para integrar dados públicos sob domínio da autarquia e aprimorar o acompanhamento de repasses operados pelo FNDE".

A direção do fundo minimiza os riscos à soberania nacional de dados: "Os pro-

ines249

A empresa dá suporte à política de deportações em massa de Trump

VON CHRIS GRODOTZKI/CAMPACT!

gramas operacionalizados pela plataforma são públicos ou passíveis de publicização. A operação é inteiramente conduzida por colaboradores do próprio FNDE e não envolve tratamento, transferência ou compartilhamento de dados sensíveis. A solução é hospedada no Brasil, em conformidade com a legislação nacional e com as normas de segurança da informação".

Já a diretoria do Serpro afirma que não há parceria entre o órgão e a Palantir: "A solução mencionada, Palantir Foundry, é um produto comercial disponibilizado pela própria empresa no *marketplace* da AWS. O contrato de Multicloud do Serpro prevê o uso de *marketplace* e o órgão tem autonomia para decidir a solução, cabendo ao Serpro realizar o processo de faturamento". Nesse modelo, o Serpro "não contrata, integra, opera ou acessa" a solução da Palantir: "A relação comercial ocorre diretamente entre o FNDE e o fornecedor, utilizando apenas a infraestrutura contratual do *marketplace* para fins de faturamento. O ambiente tecnológico e sua operação são totalmente geridos pelo órgão contratante e pelo provedor da solução".

Indagada sobre onde ficariam armazenados os dados tratados pela Palantir, a diretoria afirma não saber: "O Serpro não tem gestão nem acesso aos dados utilizados nas soluções contratadas diretamente pelo FNDE no *marketplace*. Portanto, não é possível avaliar arquitetura, criticidade ou localização desses dados. Essa informação deve ser obtida diretamente com o FNDE, órgão responsável pela contratação, implementação, operação e governança da solução da Palantir no contexto de seus programas".

Criada na esteira dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, com investimentos iniciais estimados em 9 bilhões de dólares, a Palantir foi concebida para trabalhar com a CIA na "guerra ao terror" promovida pelo governo do então presidente George W. Bush. O CEO Alex Karp, outrora militante do Partido Democrata, desde então vem se aproximando progressivamente dos setores mais à direita da política norte-americana. Focada no desenvolvimento de ferramentas de Inteligência Artificial, a Palantir atualmente tem uma dezena de contratos com o governo de Donald Trump, o último deles firmado em setembro pelo valor de 128 milhões de dólares. A receita total da Palantir em 2024 foi de 2,87 bilhões de dólares.

O produto da Palantir em voga no momento é o Sistema Operacional do Ciclo de Vida da Imigração (Immigration OS), contratado sem licitação em abril pela ICE por 60 milhões de dólares, com o objetivo de "facilitar operações de seleção e detenção de estrangeiros ilegais". Segundo a agência de imigração, a falta de concorrência pública se justificou pela "necessidade urgente e imperiosa" de levar a cabo o plano trumpista de expulsar 3 mil imigrantes ilegais por dia dos EUA. "A Palantir é a única fonte capaz de fornecer os recursos necessários sem causar atrasos inaceitáveis", diz o governo norte-americano.

Sérgio Amadeu ressalta que a Palantir está submetida ao Cloud Act, ao FISA e à expansão jurisdicional do Estado norte-americano: "Mais do que isso, é uma empresa comprometida com o sistema de vigilância, espionagem e controle do Pentágono e de agências como a CIA e a NSA. Um dos seus fundadores, Peter Thiel, é um dos maiores financiadores da extrema-direita norte-americana e um dos entusiastas da atuação genocida de Israel na Faixa de Gaza". •

ines249

Obra do diabo

IMPUNIDADE A família do jovem violentado e queimado vivo em um templo da Igreja Universal ainda espera por justiça

POR CARLOS MINUANO

Na manhã seguinte ao desaparecimento do filho, o pai de Lucas Terra caminhava pelas ruas de Salvador com um punhado de cartazes nas mãos. Percorreu pontos de ônibus, hospitais, igrejas. Colou folhas em postes, abordou desconhecidos. Voltou ao templo da Igreja Universal do Reino de Deus no Rio Vermelho, um dos bairros mais tradicionais da capital baiana, onde o menino de 14 anos foi visto pela última vez ao lado do pastor assistente Silvio Galiza. Saiu de lá sob olhares frios e sem respostas.

O ritmo das investigações não acompanhava a corrida desesperada da família. O corpo carbonizado encontrado dois dias depois seguiria 42 dias sem identificação formal, prestes a ser enterrado como indigente, o que poderia ter inviabilizado o processo. O exame de DNA, que deveria ter sido providenciado pelo Estado, foi custeado pelos próprios familiares. Para eles, foi o primeiro sinal de que o caso não seria tratado com a gravidade exigida. A longa e tortuosa busca por justiça levou a mãe de Lucas, Marion Terra, a protocolar, no fim do mês passado, uma ação de responsabilidade civil contra o Estado da Bahia. Ela sustenta que falhas e omissões desde as primeiras horas, e ao longo de quase 25 anos, contribuíram para transformar o crime, ocorrido em março de 2001, em um dos processos de homicídio mais arrastados do sistema de Justiça. "Meu pai morreu sem respostas. O Estado falhou conosco desde o primeiro dia", diz Carlos Terra, irmão de Lucas e advogado da mãe na ação.

Lucas tinha 14 anos quando desapareceu após sair de um culto da Universal. Enquanto a mãe começava a trabalhar na Itália, ele permanecia na capital soteropolitana com o pai. Desde pequeno, circulava no grupo religioso, onde era visto como um adolescente dedicado e promissor, próximo de se tornar obreiro. Na noite de 20 de março de 2001, deixou o templo acompanhado do pastor auxiliar Silvio Roberto dos Santos Galiza, figura frequente em sua rotina na igreja. De um orelhão próximo ao templo do Rio Vermelho, avisou ao pai que participaria de uma atividade ali. Foi o último contato.

Dois dias depois, um corpo carbonizado foi encontrado em uma caixa de madeira na região central de Salvador. A confirmação de que se tratava de Lucas só veio após semanas, quando o DNA finalmente foi realizado. Para a família, a demora foi o primeiro elo de uma cadeia de negligências que marcaria todo o percurso judicial. O inquérito apontou que Galiza havia atraído Lucas e participado diretamente do crime. Ele foi denunciado ainda em 2001 e condenado em 2004 a 23 anos e cinco meses de prisão por homicídio qualificado. A pena foi posteriormente reduzida para 15 anos. Galiza hoje vive em liberdade. O laudo registrou agressões e imobilização física e constatou que o corpo foi queimado enquanto a vítima ainda respirava.

A investigação sobre a participação de cúmplices se arrastaria por mais de uma década. Em 2011, uma juíza substituta decidiu não enviar a júri os pastores Fernando Aparecido da Silva e Joel Miranda. A decisão só seria revertida muito tempo depois. "Nos custou dez anos", afirma o irmão de Lucas. O caso mudou de

Demônio no corpo. Galiza, Silva e Miranda foram condenados pelo assassinato

ACERVO PESSOAL FAMÍLIA TERRA E REDES SOCIAIS

ines249

Via-crúcis. Marion Terra decidiu processar o Estado da Bahia por negligência

rumo quando, já condenado, Galiza afirmou que Silva e Miranda teriam participado das agressões e da queima do corpo no templo. Ambos negam. Para o Ministério Público, havia, no entanto, elementos suficientes para levá-los a júri. Em abril de 2023, mais de duas décadas após o crime, eles foram julgados e condenados a 21 anos cada um. Os jurados concluíram que a dupla agiu em parceria com Galiza. Embora a sentença determinasse o regime fechado, os dois recorreram em liberdade, amparados pelo entendimento do STF que exige trânsito em julgado para execução da pena. O alívio pela condenação, diz a família, logo deu lugar à frustração. "Eles saíram do fórum pela porta dos fundos, cercados por seus advogados, como se nada tivesse acontecido", afirma Carlos Terra.

Condenados por um júri popular, dois pastores envolvidos no crime continuam em liberdade

A ação contra o Estado da Bahia recém-protocolada descreve falhas como demora para ouvir testemunhas, ausência de diligências básicas e falta de informação às vítimas. Outro ponto é a repetida substituição de delegados, promotores e juízes, o que provocava uma regressão no processo. Para a família, essa sucessão de trocas fragmentou a memória do crime e contribuiu para decisões conflitantes ao longo do tempo. A petição também critica a falta de apoio às chamadas "vítimas secundárias". Marion relata ter sido tratada com frieza. "Ninguém nunca perguntou do que eu precisava." Segundo ela, o Estado não cumpriu os protocolos de proteção previstos para crimes envolvendo crianças e adolescentes. A ação exige a responsabilização por omissão e negligência, e, mais que indenização, o reconhecimento formal de um erro.

A Procuradoria-Geral da Bahia informou que ainda não foi citada oficialmente na ação movida pela família. Enquanto não houver notificação judicial e acesso aos autos, o órgão diz não ter condições de se manifestar sobre o conteúdo. A defesa de Silva e Miranda contesta integralmente a condenação. O advogado Nestor Távora afirma que o júri se apoiou apenas no "depoimento tardio e nebuloso" de Galiza e que não há provas materiais contra seus clientes. No recurso apresentado ao Tri-

ines249

Luta. Carlos, irmão de Lucas, se formou em Direito e assumiu o processo. "Meu pai morreu sem respostas", lamenta. A Igreja Universal protege os pastores

bunal de Justiça, sustenta que o julgamento violou regras do procedimento do júri, citando a substituição de uma testemunha sem aviso prévio e dificuldade de acesso à íntegra dos autos. Por isso, pede a anulação da sessão ou a realização de novo julgamento. A defesa nega qualquer vínculo institucional com a Igreja Universal do Reino de Deus e garante representar exclusivamente os dois pastores. Sobre o financiamento da defesa, Távora informa apenas que os pagamentos ocorreram "de forma regular e com tributos recolhidos".

Entretanto, a sentença à qual a reportagem teve acesso indica que os jurados se basearam em um conjunto mais amplo de elementos, incluindo depoimentos colhidos em plenário, contradições nas versões dos réus e achados do laudo cadavérico que detalham a violência sofrida por Lucas. Vale destacar ainda que o processo percorreu um longo trajeto institucional e envolveu investigações da Polícia Civil e do Ministério Público da Bahia, instrução na 1ª Vara do Júri, recursos no Tribunal de Justiça baiano, no STJ e no STF, até a condenação pelo júri em 2023.

Quase um quarto de século depois, a dor ainda ronda a casa da família Terra. A mãe, Marion, segue em um luto que nunca encontrou descanso. "Ela sofre diariamente. A fé é o que sustenta minha mãe, mas qualquer decisão que favoreça os réus destrói um pouco mais da esperança", diz Carlos. O pai morreu acreditando na justiça. "Isso me marcou profundamente", afirma. "Foi uma das razões pelas quais entrei na faculdade de Direito, para defender minha mãe e a memória do meu irmão."

A ação movida contra o Estado nasce dessa busca, não de revanche, mas de responsabilidade. "O que esperamos é o reconhecimento de que houve negligência", resume. O aparato de Justiça falhou, diz ele, na identificação do corpo, na investigação, no acompanhamento processual e no apoio à família. "Não é sobre dinheiro. É sobre dignidade, reconhecimento e memória. Sobre garantir que outras famílias não passem pelo que nós passamos."

Depois de duas décadas e meia, a família decidiu processar o Estado por negligência

Ao longo dos anos, denúncias de abusos cometidos por integrantes da Igreja Universal chegaram até eles, muitas vindas de outros estados e até de outros países. A família sempre preferiu, no entanto, orientar os denunciantes a procurar o Ministério Público. "Não podemos assumir outra luta enquanto a do meu irmão não estiver encerrada", afirma. A intenção, no futuro, é criar a Fundação Lucas Terra, para oferecer apoio jurídico e psicológico a vítimas e familiares, algo que, segundo ele, o Estado jamais ofereceu à sua família.

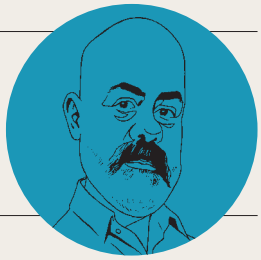
Em 2026, quando o crime completará 25 anos, a família planeja inaugurar, em Salvador, um memorial com documentos, reportagens, gravações, peças processuais e materiais inéditos. Não será apenas uma homenagem, mas um espaço de denúncia e educação sobre violência institucional. "O Lucas merece ser lembrado pelo que era, um menino de 14 anos que nunca deveria ter sido silenciado. Nossa luta agora é para que isso nunca mais aconteça."

A Igreja Universal do Reino de Deus e o Ministério Público da Bahia não responderam aos pedidos de esclarecimento até o fechamento desta edição. •

ACERVO PESSOAL FAMÍLIA TERRA E REDES SOCIAIS

ines249

CLAUDIO COUTO
Cientista político, professor da FGV EAESP, pesquisador do CEPESP FGV e do CNPq



Vacina contra o autoritarismo

▶ Não é razoável imaginar que apenas 21 senadores possam afastar um ministro do STF. Gilmar Mendes tem boas razões para querer proteger a Corte do constante assédio da extrema-direita

Uma nova crise na relação entre os poderes se abriu com a recente decisão, do ministro Gilmar Mendes, de declarar inconstitucionais trechos da Lei do Impeachment de 1950 referentes à cassação de ministros do Supremo Tribunal Federal. A decisão respondeu à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) proposta pelo partido Solidariedade e pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

Os dispositivos legais impugnados tratam do número de votos exigido em duas votações preliminares à da cassação do ministro. A primeira é a de iniciar ou não a análise do *impeachment*; a segunda, a de aceitar ou não o pedido. Em ambos os casos, a aprovação ocorre por maioria simples – isto é, metade mais um dos senadores presentes à sessão. Uma terceira votação, cujo artigo não foi impugnado na ADPF, estabelece que a cassação do ministro só se concretiza com maioria qualificada de dois terços dos votos.

Contudo, a segunda dessas decisões por maioria simples já afasta liminarmente o juiz do exercício do cargo e reduz seus vencimentos em um terço – de forma semelhante ao *impeachment* de presidente da República, cujo afastamento se dá após aceitação do processo na Câmara dos Deputados, mas com exigência de dois terços dos votos. A mesma proporção é requerida no Senado, onde se realiza o julgamento definitivo da cassação.

Como se nota, há uma assimetria. Enquanto o afastamento (mesmo liminar) do chefe do Executivo exige uma "supermaioria", no caso de juízes da Suprema Corte basta um punhado de senadores. Em números, o afastamento do presidente da República ocorre com o voto de 342 dos 513 deputados, e sua cassação requer 54 dos 81 senadores. Para um ministro do STF, entretanto, o afastamento pode dar-se com apenas 21 votos – desde que estejam presentes 41 senadores, quórum mínimo da sessão.

Logo se brandiu contra Mendes a acusação de que estaria blindando a si e a seus pares da responsabilização por malfeitos, da mesma forma como tentaram os deputados na infame PEC das Prerrogativas – mais propriamente denominada PEC da Blindagem ou da Bandidagem. Ainda mais porque, para além da questão das votações mínimas necessárias para processar e afastar liminarmente juízes, o decano do STF decidiu também restringir apenas ao procurador-geral da República a prerrogativa de iniciar o processo, enquanto a lei habilita qualquer cidadão a fazê-lo. Não bastasse, fez sua decisão valer cautelarmente até que o plenário analise o assunto. Como se trata de lei em vigor há mais de 75 anos, causa estranheza, portanto, uma decisão liminar que deveria ser proferida apenas em casos urgentes.

Há certa imprecisão nas acusações. Mais do que blindar juízes como indivíduos, tal qual pretendia a PEC da Bandidagem com parlamentares e presidentes de partidos, a decisão de Mendes protege a Corte como instituição. A preocupação se justifica: é público e notório que a eleição de uma bancada de senadores grande o suficiente para cassar ministros do STF é prioridade máxima na agenda eleitoral da ultradireita para 2026. E os cassar por quê? Não por seus deslizes, que não são poucos, mas por seus acertos.

Ainda que com alguns excessos, o Supremo foi o principal bastião em defesa do Estado de Direito contra os ataques autoritários do bolsonarismo. A recente condenação dos artífices do golpe, que já cumprem penas, foi o ponto alto dessa atuação, constituindo-se em marco histórico celebrado por democratas. A castração ou a captura de Cortes constitucionais é uma das estratégias favoritas de populistas autoritários mundo afora: viu-se recentemente com López-Obrador no México e, antes dele, com Kaczyński na Polônia, Orbán na Hungria, Morales na Bolívia e Chávez na Venezuela. Com um detalhe: em todos esses casos, os chefes do Executivo contaram com uma maioria legislativa que lhes permitiu eliminar o bloqueio dos tribunais superiores – e, muitas vezes, de outros níveis do Judiciário. No Brasil, isso não ocorreu, mas esse é o objetivo declarado da ultradireita.

Quanto à cautelar, parece ser uma jogada estratégica de Mendes. Diante da possibilidade real de pedidos de vista por juízes simpáticos ao bolsonarismo, como Kassio Nunes Marques, André Mendonça e o recém-convertido Luiz Fux, a liminar funciona como vacina. Pedir vista, nesse caso, significa apenas manter a liminar em vigor, enquanto não se decide sobre o mérito. Não parece um bom negócio. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

Mordaça puída

CENSURA Entidades saem em defesa do historiador Francisco Teixeira, alvo de ofensiva judicial de general da reserva

A prisão de um ex-presidente, três generais e um almirante, integrantes do núcleo central da trama golpista que culminou na invasão da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, já entrou para a História como um dos raros acertos de contas do Brasil com agentes militares que atentaram contra a democracia e o Estado de Direito. Mas as tentativas de amordaçar aqueles que buscam lançar luz sobre o período sombrio da ditadura civil-militar, que subjugou o País por 21 anos a partir de 1964, continuam a acontecer.

O alvo da vez é Francisco Carlos Teixeira, professor emérito da UFRJ e uma das maiores referências acadêmicas na análise e compreensão da participação das Forças Armadas na política brasileira. Teixeira é réu em um processo por calúnia, difamação e "falsificação da História", além de enfrentar um pedido de proibição do exercício da docência e uma cobrança de indenização de 30 mil reais, movido por um general que já se declarou um dos idealizadores da brutal repressão à Guerrilha do Araguaia.

Assinada pelo escritório Migueis Advogados, a ação por reparação e danos morais é movida pelo filho do general reformado Álvaro de Souza Pinheiro, hoje incapacitado pelo Mal de Alzheimer. O militar da reserva tornou-se uma celebridade instantânea em 2020, após viralizar nas redes sociais um vídeo em que aparece brandindo uma arma e ameaçando policiais militares, depois de ter sido repreendido por caminhar sem máscara na pista da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, no auge da pandemia. O episódio terminou com a alegação de um "surto psicótico" e com Pinheiro sendo conduzido ao hospital por familiares.

O general, que fez carreira como um "kid preto" nas Forças Especiais do Exército, já havia ganhado notoriedade de sete anos antes, quando, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, confirmou ter sido um dos mentores do cerco à Guerrilha do Araguaia, operação que resultou em 60 guerrilheiros mortos ou desaparecidos. "Eu fui condecorado, inclusive. Sou absolutamente orgulhoso dessa participação. Como tenente operador, participei do processo decisório do mais alto escalão", disse. Em outro trecho marcante, Pinheiro é questionado sobre se conheceu Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, um dos combatentes assassinados: "É evidente que conheço nosso amigo Osvaldão, quem não o conhece? Vocês devem conhecer o Osvaldão melhor do que eu hoje em dia; devem saber exatamente o dia em que ele foi para o inferno, lugar de onde nunca deveria ter saído".

O militar acusa o professor da UFRJ de "falsificação da História" e pede a cassação de seus títulos acadêmicos

Apesar das palavras públicas do próprio general, Teixeira está sendo processado por "falsificação da História" por ter declarado no ano passado, durante uma *live* na internet, que os "kids pretos" têm no general Pinheiro seu "grande instrutor e herói", e que este é "um torturador notório e inimigo da democracia". O professor também afirmou que as Forças Especiais constituem "um ninho de conspiradores anticonstitucionais". Na ação, os advogados de Pinheiro sustentam que ele "é um conceituado e respeitado militar do Exército Brasileiro, que comandou e instruiu milhares de militares em todo o território nacional", além de possuir "história e carreira ilibadas" e "diversos elogios e condecorações em seu extenso currículo".

Em quase cinco décadas de carreira, Teixeira é autor ou organizador de mais de uma dezena de livros, muitos dos quais abordam temas como o fascismo e o intervencionismo político das Forças Armadas. A *CartaCapital*, ele disse acreditar que a ação penal movida em nome do general não é pessoal, mas faz parte de uma ampla operação de silenciamento. "Querem calar intelectuais, pesquisadores e professores que não permitem que o apagamento se abata sobre a história do tempo presente no Brasil. Minha convicção se baseia nos diversos processos movidos contra vários intelectuais, inclusive ex-integrantes das Forças Armadas, que tentam, por meio de exigências financeiras e da obrigação de retratação, silenciá-los."

ines249

O professor foi um dos criadores, em 1994, do Laboratório de Estudos do Tempo Presente da UFRJ, que pesquisa a transição política e o processo de redemocratização no Brasil. "Entre nossas linhas de investigação, evidentemente, estão a repressão política, a presença da tortura, os sequestros e o desaparecimento de militantes e de pessoas que resistiam à ditadura", afirma. A dedicação ao tema vem desde os tempos de estudante na própria UFRJ e já lhe rendeu outras perseguições. "No meu quinto semestre, em 1975, fui acusado de ser agitador comunista e elemento perigoso para a ordem. Foi aí que conheci a repressão pela primeira vez", lembra. Curiosamente, a denúncia contra o então estudante foi feita por um profes-

REDES SOCIAIS

Kid preto. Ex-integrante das Forças Especiais do Exército, Álvaro de Souza Pinheiro se vangloriou da violenta repressão à Guerrilha do Araguaia em depoimento à Comissão Nacional da Verdade

ines249

Prêmio. O general da reserva disse ter recebido uma condecoração pela operação que deixou 60 guerrilheiros mortos ou desaparecidos no Araguaia

ACERVO ARQUIVO NACIONAL

sor de História Moderna e Contemporânea, cadeira hoje ocupada por Chico, como é chamado pelos colegas e alunos. Em 1978, ele chegou a ser preso. "Agora é a terceira vez. Aos 71 anos, estou retornando aos 19, quando enfrentava a ditadura com outros milhares de brasileiros."

Com a tentativa de golpe bolsonarista, Teixeira passou a ser procurado por diversos veículos de comunicação para comentar o tema. Desde então, vieram as ameaças. "Tenho recebido mensagens anônimas por WhatsApp e *e-mail*. Uma delas dizia que eu iria levar um tiro de fuzil na testa por defender veados e comunistas. No momento em que você se torna um pesquisador conhecido, que publica livros e aparece em programas de televisão ou rádio, isso mobiliza todos os malucos possíveis contra você", lamenta.

As ameaças e tentativas de silenciamento vêm de um setor específico, não das Forças Armadas como um todo, ressalta o professor. Ele lembra que, em 1994, foi convidado por Fernando Henrique Cardoso a participar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, onde continuou atuando, sempre de forma não remunerada, nos governos Lula e Dilma. Teixeira também lecionou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra, onde foi um dos fundadores do programa de pós-graduação em Segurança Internacional. "Fiz bons amigos, inclusive entre generais de quatro estrelas." Alguns deles confirmaram a ele que está em curso uma tática militar conhecida como Operação Psicológica Adversa, direcionada contra aqueles que trabalham com a memória recente do Brasil. "Se eu for condenado, nenhum historiador, cientista político, sociólogo, pesquisador do direito ou jornalista terá mais liberdade", alerta.

> "Se eu for condenado, nenhum pesquisador ou jornalista terá mais liberdade", alerta Teixeira

Essa percepção gerou uma onda de solidariedade a Teixeira, que se espalhou por universidades e organizações da sociedade civil. "Qualquer investida que procure restringir o pensamento, reescrever fatos históricos por vias coercitivas ou constranger pesquisadores deve ser firmemente repudiada", afirma nota divulgada pela Associação Nacional de História, que ressalta ainda que a Justiça não é "o fórum adequado para debater análises, teorias e pesquisas históricas". Já o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos manifesta "veemente repúdio à tentativa de calar uma voz competente por parte de um oficial que serviu nos tempos da ditadura". O Ibep classifica a ação movida por Pinheiro como "risível". "Trata-se de uma reação dos que estiveram no porão da ditadura aos avanços, ainda que tardios, das condenações dos que praticaram e praticam crimes de lesa-humanidade."

Para Luiz Eduardo Motta, também professor da UFRJ, os militares brasileiros, se comparados aos vizinhos sul-americanos, foram os que menos mudaram seu comportamento desde o fim da ditadura. "A Comissão da Verdade provocou uma reação acintosa de parte dos militares ao revirar questões dos porões da ditadura que até então permaneciam ocultas", afirma. Motta avalia que "esse general de pijamas não vai conseguir seu intento" de restaurar a censura característica do regime militar. "Esse sujeito quer simplesmente tolher a produção de conhecimento. Mas, por mais que isso agrade ou não a determinados setores, nós, pesquisadores que analisamos o período da ditadura, a ascensão da extrema-direita, o fascismo ou as práticas ainda permanentes de caráter autoritário nas corporações militares, incluindo a Polícia Militar, continuaremos realizando as nossas pesquisas", conclui. •

- por Maurício Thuswohl

ines249

Pedido à racionalidade no debate sobre a saúde suplementar

POR **GUSTAVO RIBEIRO,** PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANOS DE SAÚDE (ABRAMGE)

Dois mil e vinte e seis se aproxima e, se há algo consensual, é que será um ano complexo que exigirá grande esforço coletivo para a construção de diálogos racionais. Afinal, historicamente, em anos eleitorais a tendência é haver amplificação da desinformação e debates polarizados construídos à luz das emoções e voltados somente para resultados momentâneos. Esse movimento encontra terreno fértil em temas de forte impacto social – a saúde entre eles.

A desinformação, contudo, tornou-se um desafio sistêmico. No 29º Congresso Abramge, o historiador Yuval Harari lembrou que nunca tivemos tanto acesso a informações e, paradoxalmente, nunca estivemos tão vulneráveis ao poder corrosivo das narrativas falsas. Se quisermos proteger a arquitetura social, será preciso restaurar a confiança no diálogo. No campo da saúde, seu fortalecimento e recorrência são imperativos.

Como entidade que representa 140 das mais de 660 operadoras ativas, nossa missão é apresentar dados concretos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e à agência reguladora, contribuindo para diagnósticos e soluções dos desafios históricos da saúde suplementar. A sustentabilidade financeira é só um dos exemplos cuja discussão requer uma visão mais sistêmica e técnica do setor.

Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge

Frequentemente, os resultados das operadoras são examinados de forma descontextualizada, o que obscurece a real heterogeneidade do setor. Atualmente, do total de operadoras, somente seis têm mais de 1 milhão de beneficiários. A faixa com mais operadoras (26%) é a que tem até 5 mil vidas. Em termos financeiros, mais de 40% das empresas operam no negativo. Obrigar algumas dessas pequenas empresas, sem a devida análise do caso, do paciente e da operadora, a arcar com tratamentos de alto custo não previstos pela regulação pode ser o caminho para a falência.

Outro tema recorrente é a judicialização. Muito se fala em "excesso", mas é essencial analisar dados. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2024 foram registradas 303 mil ações em um universo de mais de 52,2 milhões de beneficiários, o equivalente a um índice de insatisfação de 0,5%. A proporção revela que o setor opera de forma amplamente satisfatória para a grande maioria que o acessa.

Por fim, há também uma questão reputacional. Em que pese a dificuldade do setor de se comunicar com a sociedade, o fato é que o sistema privado tem importância ímpar na economia e no acesso da população ao sistema de saúde. O setor responde por cerca de 3% do PIB, emprega mais de 170 mil pessoas e reúne 666 operadoras que atendem mais de 53 milhões de beneficiários. Sem o braço privado, caberia ao SUS o atendimento de mais 26% da população, o que oneraria os cofres públicos e a estrutura assistencial.

Os dados não se esgotam nesta leve pincelada. A razão de existir do setor é o beneficiário. Atender suas demandas é nosso objetivo dentro de um contexto de segurança jurídica e de decisões baseadas na segurança do paciente e na realidade das operadoras. Temos certeza de que o ponto de equilíbrio será alcançado. Para chegarmos lá, porém, as armas terão de ser depostas: o debate deverá ser feito com fatos, dados e ciência.

ines249

Avanço ou retrocesso?

CÂMARA CCJ aprova projeto para revogar a Lei de Alienação Parental, cercada de controvérsias desde o nascedouro

POR MARIANA SERAFINI

O debate sobre o projeto de lei que propõe revogar a Lei de Alienação Parental, recém-aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, transformou-se em um verdadeiro cabo de guerra. De um lado, deputados extremistas do Partido Liberal bradam em defesa de pais que alegam ter sido afastados arbitrariamente dos filhos em separações ou divórcios litigiosos. Do outro, parlamentares progressistas, principalmente do PSOL e do PT, alertam para o uso indevido da lei como forma de coagir mulheres que denunciam casos de abuso ou violência doméstica. Especialistas observam, porém, que essa polarização empobrece a discussão, cujo foco deveria ser o melhor interesse da criança em meio às disputas familiares.

Alienação parental é a manipulação psicológica de crianças ou adolescentes por um dos pais ou responsáveis, com o objetivo de prejudicar o vínculo com o outro genitor. A prática é mais comum do que se imagina e tende a se agravar em processos de divórcio. Para coibi-la, foi criada, em 2010, uma legislação específica, de caráter pedagógico e preventivo, que atua no âmbito do Direito Civil e de Família, garantindo à criança o direito a uma convivência saudável, independentemente dos conflitos entre os pais. No entanto, grupos feministas alertam que, em muitos casos, a norma tem sido usada contra mães que denunciaram abusos de ex-parceiros.

O projeto para revogar a Lei de Alienação Parental é de autoria das deputadas Sâmia Bonfim, Fernanda Melchiona e Vivi Reis, todas do PSOL, e foi aprovado na CCJ por 37 votos favoráveis e 28 contrários. Como tramita em caráter conclusivo, pode seguir direto ao Senado, caso não haja recurso para análise em sessão plenária. Segundo Bonfim, a legislação acabou se convertendo, nos últimos anos, em um "instrumento de revitimização de mulheres que sofreram violência doméstica" e, em alguns casos, expõe crianças a risco de abuso. Não é incomum, acrescenta a parlamentar, que agressores invoquem a norma como mera "estratégia de defesa".

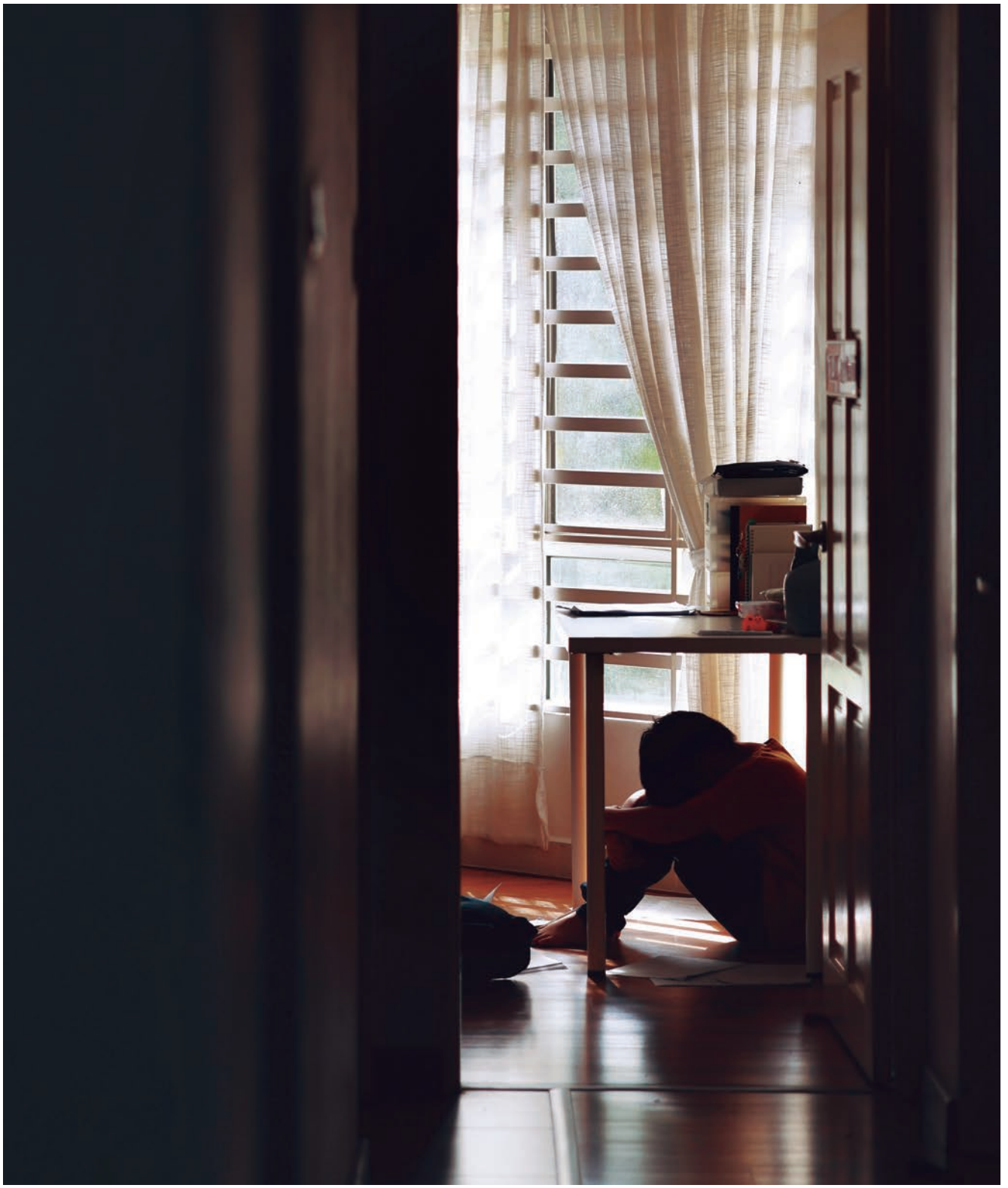
Sâmia. "Agressores usam a norma para constranger as vítimas que os denunciam"

Não por acaso, a relatora especial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas, Reem Alsalem, qualificou como "um passo importante" a iniciativa das parlamentares brasileiras de revogar a lei. Ela observa que o Brasil é o único país que define e penaliza explicitamente atos de alienação parental como infração legal e considera sexista e discriminatória a aplicação inadequada da norma contra mães que apresentam alegações críveis de abuso doméstico sofrido por elas ou por seus filhos. "Há relatos de mulheres que foram privadas da guarda de seus filhos, entregues aos seus abusadores", denunciou na quarta-feira 3.

Bonfim acredita que, no Senado, a proposta deve avançar mais rapidamente, pois já existe uma articulação suprapartidária, incluindo os senadores Magno Malta (PL), autor de proposta semelhante, e Damares Alves (Republicanos). Em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania também se posicionou a favor da revogação durante audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Segundo a pasta, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prevê medidas para garantir a convivência familiar e proteger crianças e adolescentes em caso de ameaça ou violação de direitos por parte dos pais ou responsáveis.

A extinção da norma está longe, con-

ines249



ISTOCKPHOTO E MARCELLE CERUTTI/ REDES SOCIAIS SÂMIA BOMFIM

Origem. Criada em 2010, a legislação visava coibir a manipulação psicológica de crianças contra um dos seus genitores

ines249

tudo, de ser um consenso. Para a advogada Bruna Barbieri Waquim, presidente da Comissão Nacional de Alienação Parental do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), o ECA sozinho não protege adequadamente as vítimas dessa prática, "uma violação do direito humano à convivência familiar". A revogação, diz ela, seria "um retrocesso terrível". Ao tipificar a conduta, a lei contribuiu para conscientizar a população e incentivar políticas públicas de prevenção. Em processos de divórcio, acrescenta a especialista, tem sido essencial para garantir a guarda compartilhada, defendendo o direito de crianças e adolescentes a relações familiares saudáveis, mesmo em famílias reconfiguradas com padrastos, madrastas e filhos de outros relacionamentos.

Em contrapartida, Denise Auad, professora de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, alerta que o uso deturpado da Lei de Alienação Parental se tornou "uma arma muito grave contra a mulher", permitindo que agressores "chantageiem mães para obter benefícios ou convívio forçado". Especialista em Direito da Criança e do Adolescente, ela qualifica o dano psicológico dessa inversão como um "feminicídio às avessas", pois a violência jurídica pode ferir uma mulher profundamente, "matando pela alma, não apenas pelo corpo".

Alguns especialistas reconhecem que a norma tem sido mal aplicada, mas ainda a consideram necessária

Doutora em Ciências Sociais, Vanessa Hacon coordena o Coletivo Mães na Luta, ONG com mais de 300 associadas, das quais cerca de 130 enfrentam judicialmente genitores acusados de abuso sexual contra seus filhos. Muitas se tornaram vítimas da Lei de Alienação Parental, ao terem suas denúncias descredibilizadas como suposta tentativa de afastar ex-parceiros do convívio com as crianças. Hacon denuncia o "caráter misógino do Judiciário", que frequentemente "não valida a palavra da mulher contra o abusador". Segundo ela, casos graves de violação sexual são muitas vezes arquivados pela dificuldade de comprovação. Para a ativista, a lei "nunca foi neutra em relação a gênero e surgiu como uma estratégia misógina".

Especialista em Direito Civil da Família, Tania Mandarino refuta a ideia de que a Lei de Alienação Parental facilita que abusadores fiquem com a guarda das crianças. Segundo a advogada, quando falhas desse tipo ocorrem – "e são raras" – normalmente elas acontecem em varas criminais, não cíveis ou de família, e "decorrem do princípio do *in dubio pro reo*". Para ela, revogar a norma seria um "desserviço", ao desconstituir a figura do pai e transferir todo o fardo do cuidado exclusivamente para as mulheres. Sem a lei, acrescenta Mandarino, juízes ficariam privados de qualquer medida coercitiva no âmbito cível para coibir a sabotagem do convívio familiar.

A psicóloga clínica e jurídica Sandra Baccara, especialista em psicoterapia conjugal e familiar, afirma que a alienação parental é uma conduta grave, presente inclusive durante o casamento e intensificada após a separação. Por isso, considera essencial nomear o fenômeno e dispor de um instrumento jurídico para enfrentá-lo. Para ela, a disputa em torno da revogação transformou-se em um cabo de guerra que "tende a arrebentar para o lado da criança", cujos danos psíquicos podem ser profundos e duradouros, como ansiedade, depressão e até ideação suicida.

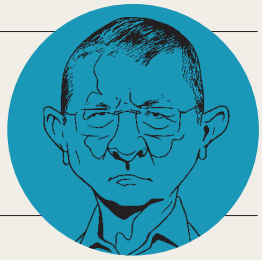
Ex-secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o advogado Ariel de Castro Alves considera "ilusória" a ideia de que a revogação da norma resultará em maior proteção aos menores. Ele reconhece a necessidade de ajustes e aprimoramentos, mas avalia que o marco atual cumpre seu papel. "As relações conjugais acabam, mas as relações entre pais e filhos não podem ou não deveriam acabar", afirma. •

Alsalem. Relatora da ONU classifica como um "passo importante" a revogação da lei

D. Z. BARYSAITĖ/GOVERNO DA LITUÂNIA

ines249

ALDO FORNAZIERI
Cientista político e autor
de *Liderança e Poder*



A ética e o STF

▶ Se exigem que o cidadão comum cumpra a lei, os magistrados devem ser os primeiros a fazê-lo de forma exemplar

Péricles (495–425 a.C.) foi o mais importante governante da Atenas Clássica e o maior símbolo da democracia antiga. Administrou a cidade por 30 anos, eleito anualmente. Era muito rico, mas lutava contra a aristocracia. Não se trata de listar suas reformas, sempre voltadas a ampliar a democracia. Péricles foi um líder inspirador, que governou pelo exemplo, com grandeza moral incomparável, impulsionando o povo e seus seguidores a uma vida politicamente engajada. Adquiriu, com mérito, a fama de incorruptível.

Péricles entendia ser fundamental garantir a autoridade e a solenidade do cargo. Recusou todos os convites para banquetes e festas patrocinados por amigos ricos. Em sua longa carreira, só foi jantar fora de casa uma única vez, na festa de casamento de seu primo Euriptólemo. Guiou-se pelo princípio de que os ambientes de festas e de convívios suntuosos destroem a gravidade e a observância dos princípios morais que devem governar a atividade pública.

Ao tomar a medida de Péricles, percebe-se o quanto é degradada e corrompida a conduta de políticos, juízes e altos escalões do Estado atualmente. Por esse viés deve-se discutir o imbróglio envolvendo o Supremo Tribunal Federal, o escândalo do Banco Master e a exigência, feita pelo presidente Edson Fachin, de que a Corte adote um Código de Ética.

O escândalo do Banco Master respinga em várias direções, atingindo muitos políticos, principalmente dos segmentos mais à direita, mas tingindo de suspeitas também ministros do STF. O processo contra os diretores do Banco Master corria na Justiça Federal de Brasília. No entanto, seus advogados recorreram aos Supremo, alegando que haveria prerrogativa de foro por conta de um suposto envolvimento de um deputado federal. Com base nessas alegações, o ministro Dias Toffoli avocou para si a condução do processo, suspendeu todas as investigações em andamento e decretou sigilo absoluto sobre o caso. Ocorre que o deputado mencionado não tem relação com o escândalo do banco. Essa atitude de Toffoli é suspeita e inaceitável.

Mas a coisa se agrava. Toffoli viajou para Lima, no Peru, para assistir à final da Libertadores, no mesmo jatinho em que estava um dos advogados dos donos e diretores do Banco Master. A mídia divulgou também que Roberta Maria Rangel, esposa de Toffoli, integrou o quadro societário do Werle Advogados, que é um dos contratados para a defesa de Daniel Vorcaro, dono do banco. Quer dizer, existe uma teia de relações promíscuas e suspeitas em tudo isso. Toffoli não só deveria se declarar suspeito para continuar no caso, mas deve ser considerado suspeito pela opinião pública.

A imprensa vem divulgando nos últimos dias que o escritório controlado pela esposa do ministro Alexandre de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes, tinha um contrato de 129 milhões de reais com o Banco Master, volume de dinheiro espantoso no meio jurídico. Pode não ter nada de ilegal nesse contrato, mas parece ter muito de imoral.

É por isso que o Código de Ética proposto por Fachin faz todo o sentido. É necessário disciplinar essas relações em duas frentes: proibir que familiares e parentes de juízes dos tribunais superiores atuem em causas julgadas por esses tribunais e regulamentar as atividades econômicas paralelas e os ganhos que esses magistrados obtêm fora do âmbito judicial. Também é preciso disciplinar favores recebidos, como presentes, patrocínios e viagens, dos quais os juízes são beneficiários.

O Brasil tem 53 mil servidores que ganham acima do teto do funcionalismo, algo espantoso e vergonhoso. Boa parte deles é de juízes. A afirmação de que os magistrados devem ser "o exemplo dos exemplos" reflete a expectativa social de que atuem segundo os mais altos padrões morais. Afinal, eles julgam aqueles que violam leis e normas éticas da sociedade. Além de guardiões da Justiça e da Constituição, detêm grande poder sobre a liberdade e os direitos dos indivíduos. Se exigem que o cidadão comum cumpra a lei, eles devem ser os primeiros a fazê-lo de forma exemplar.

Além de pautar suas condutas pela Constituição e pelo Código de Ética da Magistratura, os juízes dos tribunais superiores devem ter suas atividades extratribunais reguladas por um código próprio, como propõe Fachin. A democracia deve muito ao STF, a Alexandre de Moraes, a Flávio Dino e a outros magistrados, que conquistaram o respeito da sociedade por isso. Mas é necessário que eles também respeitem a sociedade, mantendo uma conduta moral elevada, conforme dela se espera. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

ines249

Depois da fome

As histórias de duas mulheres revelam o que mudou no Brasil que saiu do Mapa da Fome e o que ainda permanece na escassez

A fome costuma chegar e se instalar em silêncio. Primeiro, ela some com a variedade nos pratos, depois a carne, depois os temperos, até que o armário passa a ensinar, sozinho, a diferença entre ter e não ter. E é nesse intervalo, quase imperceptível entre o que existia e o que deixa de existir, que muitas famílias brasileiras aprenderam a identificar a proximidade do desamparo. Por anos, essa experiência se tornou rotina para milhões de pessoas no País, até que as estatísticas voltaram a registrar o que se via nas mesas: a fome novamente sendo presença estrutural, moldando escolhas e restringindo futuros.

A história de milhões de famílias seguiu esse movimento, em que a privação deixa de ser um episódio e se torna condição. Entre elas estava Luana Santana Araújo, 28 anos, que cresceu no interior do Maranhão. Quando chegou ao Distrito Federal, em 2013, trazia mais do que uma mudança de estado, mas a lembrança de noites em que ela e os irmãos esperavam que o pai encontrasse algum jeito de garantir comida. Anos depois, já mãe de três filhos, a vida parecia repetir o enredo quando o marido perdeu o emprego e o aluguel tornou-se impossível de pagar.

"Teve dia em que eu chorava porque só tinha arroz e feijão. E quando nem isso tinha, a gente pedia", lembra. Ela fala sem elevar a voz, como quem sabe que algumas dores não precisam ser dramatizadas para ser entendidas. A fome nunca é abstrata – ela mora em decisões concretas, como medir o que sobrou da despensa, dividir o que não basta e escolher a quem servir primeiro.

As histórias como a de Luana ajudam a compreender por que o Brasil voltou ao Mapa da Fome em 2022 e, sobretudo, como conseguiu sair dele novamente em 2024, segundo o relatório SOFI da FAO, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. O indicador que marca essa saída não fala de um país inteiro de uma vez; fala de milhões de histórias domésticas que mudam um pouco a cada mês. A média trienal da Prevalência de Subalimentação caiu abaixo de 2,5%, mesmo com o impacto do ano crítico de 2022.

A reversão desse cenário começou com o fortalecimento do Plano Brasil Sem Fome, estruturado em três eixos que se alimentam mutuamente: renda e cidadania; produção e acesso à alimentação saudável; e mobilização federativa e social. Em 2023, a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) na Pnad Contínua registrou um salto decisivo: 24 milhões de pessoas deixaram a situação de fome em relação aos dados da Rede Penssan para 2022.

> Histórias de fome e reconstrução revelam como a mudança nos dados virou mudança dentro das casas

O que essa mudança significa no cotidiano é mais simples do que os números sugerem. Para Luana, significa abrir a geladeira sem medo. "A sensação é de alívio. Hoje eu tenho o que dar para eles." A frase descreve a segurança doméstica que se transformou com o Novo Bolsa Família – núcleo central das políticas de renda. Em novembro de 2025, o programa alcançou 18,6 milhões de famílias, com repasses que superaram 12,6 bilhões de reais em um mês. Foram pagos benefícios para 14,3 milhões de crianças e adolescentes, quase 1 milhão de gestantes e nutrizes e 8,2 milhões de crianças na primeira infância.

Mas a renda, sozinha, não sustenta a travessia. A queda da fome apoia-se na combinação de ações que estruturam o Brasil Sem Fome: o Programa de Aquisição de Alimentos, que comprou 110 milhões de quilos de agricultores familiares desde 2023; o Programa Cisternas, que ultrapassou 1 milhão de unidades para consumo; o BPC, que garante renda a 6,4 milhões de pessoas; a alimentação escolar, que chega a 37,5 milhões de estudantes; e a distribuição de cestas a povos e comunidades tradicionais, que somou 1,6 milhão de entregas.

Essas políticas não surgem de forma isolada nos mapas de gestão. Elas atravessam territórios e se encontram em histórias como a de Valdineia, liderança do Sol Nascente, cuja cozinha comunitária virou ponto de acolhimento e de reconstrução. Foi ali que Luana encontrou a estabilidade que lhe faltava quan-

ines249

do precisou deixar o aluguel e viver de favor. O Sol Nascente – tantas vezes lembrado pelas vulnerabilidades – tornou-se símbolo do terceiro eixo do Plano: a mobilização nacional, capaz de articular governos e sociedade civil na reconstrução da segurança alimentar.

A adesão de 2.007 municípios ao SISAN mostra como essa costura federativa sustenta o avanço contínuo. Isso importa especialmente para os 8,7 milhões de brasileiros que ainda vivem com insegurança alimentar grave, prioridade explícita do Plano para os próximos três anos.

A experiência brasileira também ganhou projeção internacional. Em 2024, durante a presidência brasileira do G20, foi lançada a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, hoje reconhecida pela ONU como modelo de coordenação em larga escala. Em apenas um ano, a Aliança passou de 148 membros para mais de 200, incluindo mais de cem países e instituições financeiras internacionais. Nove planos nacionais já foram validados, e

A cozinha comunitária ajudou a sustentar famílias em crise e virou símbolo da reconstrução cotidiana no Sol Nascente

quatro países iniciaram programas de implementação com bancos multilaterais e agências das Nações Unidas.

Na primeira Reunião de Líderes da instância, em Doha, o secretário-geral, António Guterres, destacou que enfrentar a fome exige "integrar políticas, romper silos e conectar agricultura, saúde, clima, comércio e finanças". Coube ao ministro Wellington Dias, copresidente da Aliança, sintetizar a mudança brasileira: "Retiramos 26,5 milhões de pessoas da fome e 7,6 milhões da pobreza graças à decisão de incluir os pobres no orçamento".

É essa decisão – política, orçamentária e moral – que sustenta o avanço registrado pela FAO e pelo IBGE. A saída do Brasil do Mapa da Fome não encerra a luta, mas redefine o seu terreno. A fome deixou de ser tendência e voltou a ser combate.

A cozinha de Luana, hoje cheia de panelas, temperos e frutas escolhidas pelos filhos, materializa essa transformação. "Eu tenho orgulho da minha caminhada", diz. A frase serve de bússola para o País. O que a estatística registra, a vida confirma: quando a fome sai da casa de alguém, o Brasil fica um pouco mais livre dela também. •

LYON SANTOS/MDS

Produzido por Studio Carta

ines249

Para além do dólar

ANÁLISE Uma proposta para a criação de uma nova moeda internacional de reserva capaz de garantir liquidez e confiança

POR PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR

É possível e desejável criar uma nova moeda internacional como alternativa ao dólar dos Estados Unidos? O tema é controvertido. Já escrevi algumas vezes a esse respeito, inclusive aqui mesmo nesta coluna, há pouco mais de dois anos, sob o título "Uma moeda BRICS?" Desde então, desenvolvi a proposta de forma mais completa e abrangente, em trabalho que estou concluindo agora, com apoio do Ipea e da Cepal. O artigo de hoje é um resumo dos principais aspectos da ideia. O que pretendo com isso é colocar em discussão uma alternativa inovadora, que deve ser submetida a críticas, pois, certamente, precisa de aperfeiçoamentos e revisão.

Um caminho possível

Qual seria o melhor caminho para uma nova moeda? Apresento a seguir o que me parece mais factível. Um caminho alternativo ao que proponho seria lastrear a nova moeda em ouro, como tem sido cogitado por economistas russos. Contudo, esses economistas não explicaram, que eu saiba, como resolver os problemas que essa alternativa encerra, notadamente o seguinte: como dar estabilidade a uma nova moeda apoiando-a em um ativo eminentemente instável?

Melhor seria lastrear a nova moeda de outra maneira. Vejamos como.

Quem criaria a nova moeda? Só há uma possibilidade nas atuais circunstâncias, um grupo de países do Sul Global, algo como 15 a 20, que incluiria a maioria dos BRICS e outras nações emergentes de renda média. Esse grupo poderia delegar a emissão da nova moeda a uma das instituições existentes? Não, nenhuma delas tem condições de assumir essa missão com eficiência e confiabilidade.

Teria de ser criada, portanto, uma nova instituição financeira internacional, um banco emissor, cuja única e exclusiva função seria emitir e colocar em circulação a moeda. Esse novo banco não substituiria os Bancos Centrais nacionais e a sua moeda circularia em paralelo às moedas nacionais dos países do grupo patrocinador e em paralelo às demais moedas nacionais e regionais existentes no mundo. Ficaria restrita a transações internacionais, sem papel doméstico.

Como se garante o sucesso de uma moeda? O que faria a nova moeda ser amplamente utilizada? O essencial é assegurar confiança, o que depende da maneira como o novo arranjo monetário for construído do ponto de vista institucional.

O caminho que me parece mais viável incluiria, entre outros elementos, as seguintes garantias legais: **1.** Estabilidade da nova moeda em termos de valor. **2.** A sua não utilização como instrumento de sanção ou pressão sobre países. **3.** Autonomia operacional do banco emissor. **4.** Lastreamento da moeda numa cesta de títulos públicos dos países patrocinadores.

> O lastro seria uma cesta de títulos dos países participantes

Abordo os quatro pontos, em apertadíssima síntese, como dizem os advogados. Uma versão mais detalhada pode ser encontrada no site de *CartaCapital*.

Primeiro ponto: a moeda ficaria baseada numa cesta ponderada das moedas dos países patrocinadores da iniciativa e flutuaria, portanto, com base nas variações dessas moedas. Os pesos na cesta seriam dados pelo tamanho das economias do grupo de países. A cesta teria certa estabilidade proporcionada endogenamente pela presença nela tanto de moedas de países exportadores quanto de moedas de importadores de *commodities*. Essa estabilidade poderia ser reforçada exogenamente, estabelecendo-se que a média seria geométrica e simetricamente aparada. As moedas com grande flutuação, para além de limites preestabelecidos, seriam temporariamente excluídas da cesta.

Segundo ponto: o compromisso explícito de não recorrer a sanções faria o contraste com a insegurança resultante do uso abusivo do dólar e do euro como

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 48
Inovação. Aplicativo brasileiro organiza os cuidados com autistas

ISTOCKPHOTO

Alternativa. O dólar é usado como instrumento geopolítico contra outros países. Vamos conviver indefinidamente com o sistema financeiro do pós-Guerra?

base para punições e chantagem. Essa garantia legal seria reforçada pelo terceiro ponto: a autonomia operacional do banco.

A autonomia operacional dependeria de assegurar aos presidentes e vice-presidentes do banco mandatos relativamente longos (cinco anos, por exemplo). Isso passaria a mensagem de que o banco não estaria facilmente sujeito a interferências políticas e manobras diplomáticas dos seus fundadores. Esse tipo de autonomia é garantido juridicamente em todas ou quase todas as organizações financeiras internacionais. Não protege totalmente o banco contra interferências, mas tem o seu valor.

Quarto ponto: o lastro da nova moeda seria formado por uma cesta de títulos nacionais dos países participantes. O banco emissor emitiria não só a nova moeda reserva (NMR), como também novos títulos de reserva (NRB), cujas taxas de juro seriam atraentes, pois refletiriam os juros dos títulos das nações participantes, todos eles superiores às taxas dos títulos em dólares e euros. A NMR seria plenamente conversível em NRB e estes, por sua vez, na cesta de títulos dos países participantes. O elevado peso da moeda chinesa, emitida por um país de economia sólida, favoreceria a confiança no lastro e na NMR.

A reação do Ocidente

A proposta tem as suas vulnerabilidades, discutidas no trabalho em fase de finalização. Para não me alongar, destaco a que me parece mais grave, o risco de que a iniciativa suscite reações negativas do Ocidente, que poderia recorrer a ameaças e sanções contra os países envolvidos na criação de uma alternativa ao dólar e ao euro. Esse risco é real. O Ocidente, em franca decadência, mostra-se ainda mais arbitrário e violento do que em outras épocas.

O que temos de nos perguntar, entretanto, é o seguinte: vamos conviver indefinidamente com o sistema monetário e financeiro que o Ocidente criou após a Segunda Guerra Mundial, sistema usado coercitivamente como instrumento geopolítico? Ou vamos reunir esforços econômicos, políticos e intelectuais para sair desse lamaçal?

Os próximos anos dirão se os países emergentes estão à altura desse desafio. •

ines249

ADALBERTO VIVIANI
Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo

Padaria *online*

▶ A mineira Ultra Pão usa tecnologia para preservar textura e crocância dos produtos e ganhar escala

A mineira Ultra Pão Alimentos, de Pouso Alegre, tem usado tecnologia de ponta para transformar um produto básico de padaria em negócio escalável de alimentação e logística. A empresa desenvolveu um processo que substitui o oxigênio das embalagens por gás inerte, capaz de manter pães de fermentação natural frescos por longos períodos, sem necessidade de congelamento e preservando textura e crocância.

Na prática, isso permite produzir em escala industrial e distribuir para todo o País, via *e-commerce* e rede de parceiros, pães franceses, pães de queijo e outras linhas especiais que chegam aos pontos de venda prontos para a finalização em poucos minutos de forno. O modelo reduz perda, simplifica a operação das padarias e supermercados e padroniza a qualidade, abrindo caminho para que pequenos estabelecimentos ofereçam "pão fresco de padaria" sem estrutura própria de produção.

Com essa combinação de inovação tecnológica e plataforma digital, apelidada de "padaria online", a Ultra Pão mira alto. O plano traçado é alcançar 800 milhões de reais em faturamento nos próximos anos, apoiada na expansão nacional e em novas linhas de produtos de maior valor agregado.

Brasileiros no comando

Dois executivos nativos acabam de ganhar protagonismo em gigantes globais do varejo e das bebidas. Ricardo Dinelli foi anunciado como novo diretor-geral da Leroy Merlin no Brasil e tornou-se o primeiro brasileiro a comandar a operação da rede no País, enquanto Alex Carreteiro assumirá a presidência regional da Heineken para Américas e Caribe a partir de março de 2026.

Na Leroy Merlin, Dinelli sucede ao espanhol Ignacio Sánchez, com a missão de manter o ritmo de expansão de lojas, fortalecer a estratégia de integração de canais de vendas e ampliar a oferta de soluções completas para o lar, em linha com o foco da varejista em proximidade regional e eficiência operacional. Já Carreteiro, que construiu carreira em multinacionais como Nestlé e PepsiCo, chega à Heineken com o desafio de acelerar o crescimento da marca em mercados estratégicos, impulsionar a inovação de portfólio e consolidar o plano EverGreen na região, combinando disciplina operacional e liderança centrada em pessoas.

Remédio IA

A Eli Lilly fechou um acordo estratégico com a Nvidia para construir aquele que promete ser o supercomputador de IA mais poderoso da indústria farmacêutica, dedicado à descoberta e ao desenvolvimento de novos medicamentos. A máquina, um NVIDIA DGX SuperPOD com mais de mil GPUs (placas de vídeo integradas) Blackwell, vai funcionar como uma "fábrica de IA", capaz de treinar modelos em milhões de experimentos e décadas de dados internos da farmacêutica, ampliando radicalmente a capacidade de testar e otimizar moléculas em ambiente digital.

O projeto começou a ser implantado e deve entrar em operação plena nos próximos anos e integra um pacote mais amplo de investimentos da Eli Lilly em P&D e infraestrutura nos Estados Unidos, estimado em 50 bilhões de dólares, que inclui novos laboratórios e fábricas avançadas. Parte dos modelos gerados será oferecida na plataforma TuneLab, permitindo que *biotechs* usem algoritmos treinados sem abrir seus próprios dados. A expectativa é encurtar ciclos de pesquisa, reduzir custos, acelerar ensaios clínicos e otimizar a fabricação e o controle de qualidade, aproximando a IA do dia a dia do paciente.

Sem motorista

A atividade de motorista de aplicativo vai desaparecer. A opinião é de Dara Khosrowshahi, CEO da Uber, que agitou o debate sobre o futuro do trabalho ao afirmar que os motoristas de aplicativos tendem a perder espaço para carros autônomos em cerca de uma década. Em entrevista ao *Wall Street Journal*, Khosrowshahi declarou que, em 15 ou 20 anos, veículos autônomos devem dirigir melhor do que qualquer humano e que, em dez anos, a rede da Uber será híbrida, com humanos e robôs, caminhando para uma substituição gradual dos motoristas. A frase atribuída a ele em diferentes veículos resume bem o recado: "Dentro de dez anos, teremos uma rede híbrida de motoristas humanos e robôs. A partir daí, somos nós que perderemos espaço, não o oposto".

No Brasil, o impacto potencial é enorme, embora a chegada dos carros autônomos não esteja em pauta no curtíssimo prazo. Dados do IBGE indicam que, em 2024, perto de 1,6 milhão de trabalhadores desempenhavam a função de condutor de automóveis, aproximadamente, 824 mil por meio de aplicativos. Outras pesquisas calculam em torno de 1,7 milhão em plataformas digitais, a maioria ligada ao transporte de passageiros. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

Doe seu IR

Até 26/12

para o Hospital Pequeno Príncipe.

Excelência em transformar a vida de crianças de todo o Brasil, como a **Sofia.**

Você pode destinar **até 6% do seu Imposto de Renda** – seja a **pagar** ou a **restituir** – para os projetos do **maior hospital pediátrico do Brasil**, de forma fácil e sem custos.

Acesse **doepequenoprincipe.org.br**, simule seu **potencial de doação**, preencha o **formulário** e solicite seu **boleto**.

Para mais informações, escaneie o QR code abaixo.

★ ★ ★ ★ ★
WORLD'S BEST SPECIALIZED HOSPITALS
PEDIATRICS
2026
Newsweek
POWERED BY statista

Contamos com o seu apoio!

doepequenoprincipe.org.br

(41) 2108-3886 **(41) 99962-4461**

HOSPITAL pequeno PRÍNCIPE

ines249

Terapia sem caos

TECNOLOGIA Aplicativo reúne dados, metas e registros clínicos para organizar o cuidado de crianças com autismo

POR ALLAN RAVAGNANI

A mãe entra em casa ainda com a pasta de laudos e relatórios debaixo do braço. Sobre a mesa, a planilha impressa com os horários da semana, uma sequência de siglas que parecem vir de outro idioma: terapia ocupacional, fonoaudiólogo, psicóloga, terapia ABA, integração sensorial, atividades escolares adaptadas. O filho, de 4 anos, tem indicação médica para realizar diversas atividades e ela tenta conciliar agendas, organizar deslocamentos, entender o que cada profissional observou na sessão anterior e como isso se traduz em algum avanço possível. Entre a ansiedade de perder compromissos e o receio de não acompanhar tudo o que o menino precisa, surge a pergunta que tantas famílias se fazem: como administrar todo esse processo?

Essa cena é comum entre responsáveis por crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O Brasil tem 2,4 milhões de habitantes com esse diagnóstico, segundo o Censo 2022 do IBGE. O número dá a dimensão do desafio, mas diz pouco sobre a rotina de quem tenta coordenar atendimentos fragmentados, laudos dispersos e informações que não se conectam. Em muitos casos, cada profissional mantém registros próprios, a escola possui outro, o plano de saúde exige comprovações e relatórios, ameaça não pagar, e o cotidiano converte-se em uma operação logística complexa, conduzida entre grupos de WhatsApp e arquivos que nunca parecem completos.

Foi a partir desse desafio que a NeuroSteps, criada há pouco mais de dois anos em Florianópolis, desenvolveu uma plataforma que reúne em um ambiente digital o plano terapêutico de cada paciente. O sistema registra metas, organiza evidências, apresenta indicadores e conecta todos os envolvidos no cuidado: famílias, clínicas, escolas e operadoras de saúde. Para a mãe que tenta fazer com que tudo caiba na mesma semana, a rotina muda. Ela passa a receber no celular a agenda do dia, as atividades sugeridas, a evolução apresentada em gráficos e as metas definidas pelo time clínico.

"Queríamos que as decisões fossem guiadas por dados, não por tentativas dispersas", diz o fundador e CEO, Ivan Junckes Filho, profissional com mais de 15 anos de experiência em tecnologia aplicada à saúde. Um dos fatores que motivaram a criação da empresa foi a dificuldade que muitas clínicas enfrentam para mensurar resultados de terapias especiais. A falta de informações estruturadas compromete a confiança das famílias e eleva o custo para as operadoras de saúde, que precisam compreender o impacto real do tratamento. "A área assistencial reúne muito conhecimento técnico, mas ainda usa poucos registros padronizados. Buscamos mudar essa realidade."

A plataforma opera com base em protocolos reconhecidos na área, que auxiliam na avaliação de habilidades de linguagem, interação social, motricidade, leitura, comportamento e outras dimensões essenciais do desenvolvimento infantil. A cada sessão, o profissional registra as tentativas e as respostas do paciente, indicando se houve avanço ou necessidade de ajustes. O sistema converte esses dados em indicadores visuais e cria uma linha do tempo que acompanha a trajetória da criança ao longo dos meses.

Para a família, isso aparece no aplicativo em tarefas simples, como repetir um exercício recomendado pela terapeuta ou estimular determinada habilidade em casa. Para as escolas, há um espaço destinado ao registro de observações do dia a dia: comportamentos, interações, avanços em sala de aula. As clínicas, por sua vez, têm acesso a painéis administrativos que mostram produtividade, assiduidade, desfechos e pontos de atenção. Já as operadoras de saúde visualizam um panorama mais nítido dos custos, do uso adequado dos serviços e da evolução dos pacientes, o que traz mais transparência e reduz conflitos na aprovação de procedimentos.

No Rio Grande do Sul, Viviane Reis, gestora de uma clínica especializada, descreve o novo cenário como um processo contínuo de análise. Segundo ela, ativi-

A plataforma da NeuroSteps integra famílias, escolas, clínicas e planos de saúde em um único sistema

ines249

ISTOCKPHOTO E REDES SOCIAIS

dades que antes exigiam horas de revisão agora estão automatizadas. "O acesso em tempo real à evolução dos pacientes nos ajuda a tomar decisões clínicas mais rápidas", relata. Outro efeito foi administrativo: grande parte do tempo antes dedicado à produção de relatórios foi redirecionada para atendimentos e planejamento.

O crescimento da NeuroSteps é um reflexo da boa aceitação do aplicativo. A empresa já está presente em 12 estados e ampliou em seis vezes seu número de usuários em 2025. A meta de alcançar todo o País nos próximos anos apoia-se na própria natureza do problema que pretende enfrentar: a fragmentação dos dados. Para Ivan, integrar informações significa aproximar pessoas. "Conectar família, profissionais e escola é criar um ecossistema de cuidado. É onde surgem decisões mais claras", diz.

Apesar de ter nascido com foco inicial no autismo, a plataforma também atende crianças com outros transtornos do neurodesenvolvimento, como TDAH, Síndrome de Down ou dislexia, condições em que o minucioso acompanhamento da evolução dos pacientes é tão importante quanto no TEA. A lógica é a de garantir que o desenvolvimento deixe de depender apenas da memória de cada profissional e passe a ser resultado de registros contínuos, acessíveis e comparáveis.

Os responsáveis pelo cuidado dessas crianças encontram no aplicativo uma forma de acompanhar o que antes dependia de reunir fragmentos. No lugar das planilhas soltas, há uma linha de progresso. Não há mais dúvidas que ficam para a próxima sessão: as metas estão claras e acessíveis. O sistema organiza o cuidado e devolve previsibilidade ao cotidiano.

Para Ivan, esta é a base da proposta. "Quando conseguimos medir avanços, abrimos espaços para decisões mais acertadas", afirma. A tecnologia, nas mãos das famílias, não substitui o vínculo, mas aproxima todos os envolvidos. E ao integrar o que antes estava disperso, transforma a jornada terapêutica em algo mais coordenado, menos solitário e doloroso. •

Visão. "Queríamos que as decisões fossem guiadas por dados, não por tentativas dispersas", diz Ivan Junckes Filho, fundador e CEO da companhia

ines249

Papai Estado

FINANÇAS Nas crises bancárias, há quem sempre queira trocar a mão invisível do mercado pelo colo seguro do Leviatã

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E NATHAN CAIXETA

O desfecho do episódio iniciado pela identificação de fraudes e de prejuízos bilionários nas demonstrações contábeis do Banco Master (e fora delas) permanece um mistério para os interessados no espólio dos ativos da instituição. O que nos parece certeiro e registrado nas histórias do capitalismo é a inevitável intervenção do Estado, quando o mercado, livre, leve e solto, apronta suas trapalhadas. O noticiário e as análises midiáticas em torno do tema correm para particularizar as culpas, na tentativa de salvar a reputação da mão boba e invisível do mercado.

O recuo para o campo moral, anotamos em nosso *Avenças e Desavenças da Economia*, não corresponde à simples defesa dos pruridos éticos dos bons financistas em detrimento daqueles que, diriam os bolsonaristas, abandonaram as quatro linhas do celebrado *compliance*, regras de gestão e transparência encarregadas de defender a "racionalidade" capitalista das desastrosas relações humanas e políticas. O debate econômico coetâneo dedica-se à reiterada justificação moral do livre mercado, instância infalível que promove o bem-estar geral por meio dos processos do individualismo e do egoísmo esclarecido.

Em todos os tempos da assim chamada financeirização da riqueza, os defensores da racionalidade mercadista suprimem os poderes e deveres do Estado na gestão da economia, elegendo os momentos de crise como períodos de expurgo, nos quais o mercado empurra para fora os violadores da concorrência. Quando abalroado por terremotos financeiros, o discurso moralista convoca os préstimos do Papai Estado, bondoso e leniente.

Leniente, Papai Estado usa seu poder de polícia e de Política (com P maiúsculo) para reprimir os atos imorais de fraudadores e irresponsáveis, deixando intactos os mecanismos que permitem a tomada e o compartilhamento de riscos, incluindo as magias da contabilidade bancária e empresarial. A bondade do Papai Estado está sempre presente ao emitir dívida pública para prevenir a deterioração da riqueza privada, submetida inexoravelmente às incertezas que assombram o valor presente dos ativos financeiros. Assim, quando os fluxos monetários entram em colapso, a avaliação dos mercados ameaça a rentabilidade e, sobretudo, a liquidez dos ativos.

Na presença e predominância de operações fora do balanço, *shadow banks* e instrumentos de compartilhamento de riscos (derivativos, *swaps*, *securities* etc.), as avaliações sobre a riqueza estão sujeitas aos descuidos nocionais e emocionais de investidores e analistas, aos cuidados venalmente flexíveis das agências de classificação de risco e à incúria das instâncias responsáveis pela regulação. Nos momentos em que os protagonistas do jogo financeiro se veem traídos por sua racionalidade, o capitalismo afirma seu poder diante dos possuidores ocasionais da riqueza, submetendo-os às suas realidades de carne, osso e nervos.

A ira moralista é o avesso do fervor no livre mercado

Acossados pelos deveres da carne, os suspeitos pela entrega de suas almas ao demônio da ganância suplicam pela clemência do Verbo. Chamam pela liquidez e não são atendidos. Os últimos a perceberem o perigo puxam a fila para o abismo, arrastando consigo os bons e os maus.

O Diabo, já na carcaça de Fausto, avisou o sábio de seu destino:

ines249

ISTOCKPHOTO

— Obrigo-me a servi-lo em tudo e à risca
enquanto vivo for, e obedecer-lhe
aos acenos até, sem cansar nunca.
Depois, quando lá embaixo nos toparmos,
trocamos os papéis.

Pretendendo enganar o Diabo, Fausto devolve:

— Pouco me afreimo
Do teu depois, e mais do teu lá embaixo!

Quando o Diabo vem em busca de sua parte, os tomadores de riscos excessivos regateiam, pechincham e, no fim, aceitam o acordo mais digno: fundem e aglomeram suas riquezas para salvar seu orgulho. Ontem, o orgulho se refestelava na valorização dos títulos de propriedade privada. Hoje, o orgulho é convertido em títulos de dívida pública, a verdadeira religião do capital, diria outro alemão, fã de Goethe.

Os propósitos da encarnação do espírito dinheirista se cumprem. Na órbita financeira, o valor se valoriza, em seu estado etéreo e abstrato, à margem da valorização dita "riqueza real", fruto agora apodrecido, do trabalho humano. A podridão desaparece nos balanços consolidados da finança, grandes demais para virar poeira, pequenos demais para conter seus tentáculos caçadores de rendimentos.

Um velho desconhecido dos economistas contemporâneos apelidou essa dinâmica de Regime do Capital, comprometido, em sua saga, pela acumulação de riqueza abstrata.

Na contramão da mão boba, mas nem tão invisível, caminham os que consideram a predominância das finanças e das crises financeiras como deformações do capitalismo. Esse é o credo das cátedras da Nova Economia, que, ao contrário dos trabalhadores e das gentes comuns, estão comprometidas com o pensamento servil aos interesses burgueses. São muitos os senhores e senhoras que cultivam pensamento progressista empenhados em apontar os culpados pelos malfeitos do capitalismo contemporâneo: a dama financeirização, o senhor neoliberalismo e a dona globalização.

Não é um mau negócio relembrar aos neurônios viciosos as lições de Fernand Braudel em seu clássico *Civilização Material e Capitalismo* ao comentar o papel desempenhado pelos "fornecedores de dinheiro": "Acumulai! Acumulai! É o que manda a lei para uma economia capitalista. Também se poderia dizer: Emprestai! Emprestai! É o que manda a lei' e todas as sociedades acumulam, dispõem de um capital que se divide entre uma poupança entesourada e então inútil, mantida à espera, e um capital cujas águas benéficas passam pelos canais da economia ativa, outrora sobretudo a economia mercantil. Se esta não for suficiente para abrir ao mesmo tempo todas as comportas possíveis, haverá quase forçosamente um capital imobilizado, desnaturado, poder-se-ia dizer. O capitalismo só estará plenamente instalado quando o capital acumulado for utilizado ao máximo, sem nunca se atingir, evidentemente, os 100%".

A ira moralista é o avesso do fervor livre mercadista, assim como o moralismo midiático e internético de nosso tempo é a outra face da amoralidade das formas de dominação incrAustadas na sociedade de massa contemporânea. Nela, mostrou Hannah Arendt, o indivíduo desarraigado e sem rumo é manipulado e abusado por *slogans* simplistas.

Os dois estados de espírito, a ira e a crença cega, alternam-se na alma dos bons cidadãos. Um e outro impedem a compreensão da ruptura das formas econômicas e das relações sociais desvelada pelos momentos de crise, inerentes e constitutivos do capitalismo e de seu domínio. •

ines249

Nascido para matar

CARIBE Peter Hegseth, secretário da Guerra dos EUA, jacta-se do assassinato de náufragos nos arredores da Venezuela

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Até hoje, a reação de todo político, ao ser flagrado em um crime, sempre foi negar. Mas mesmo esse mandamento básico, contido em toda cartilha política e aplicável a qualquer governante do mundo, foi virado de cabeça para baixo. Na lógica da nova extrema-direita populista, a resposta a um flagrante passou a ser a confissão orgulhosa e desafiadora da autoria do crime.

O secretário da Defesa dos Estados Unidos tem sido exemplar na nova postura. Pete Hegseth foi confrontado com um vídeo no qual militares norte-americanos executam a sangue-frio dois náufragos agarrados aos destroços de uma embarcação à deriva no Mar do Caribe. Os assassinatos, em 2 de novembro, foram gravados pelas próprias forças dos EUA. O vídeo, ainda mantido sob sigilo, mas visto e amplamente comentado por parlamentares democratas e republicanos, mostra um primeiro ataque aéreo contra a embarcação. As explosões fazem subir uma nuvem de fumaça. Passados 30 minutos, dois náufragos aparecem agarrados à proa do barco, parcialmente submersa. Em vez de recolher os sobreviventes, os militares disparam contra eles.

Não há nenhuma lei marítima ou mesmo da guerra que autorize uma força a executar náufragos indefesos à deriva no mar. Mesmo no caso de combatentes, as regras determinam que eles sejam resgatados e tratados com humanidade, desde que não perpetrem outras ações hostis. Hegseth e seus comandantes militares não apenas se defendem, mas se jactam do que fizeram. Dias depois da operação, o secretário publicou em suas redes sociais a paródia de um livro infantil na qual a sorridente tartaruga Franklin aparece a bordo de um helicóptero disparando uma bazuca contra barcos no Mar do Caribe. O personagem é um clássico da literatura infantil norte-americana e canadense, convertido em desenho animado exibido no mundo todo, inclusive no Brasil. Na visão pervertida de Hegseth, a paródia deveria constar nas listas de pedido de Natal, como escreveu no *post*.

No mundo real, a tartaruga Franklin seria julgada numa corte marcial e condenada por executar náufragos. Mas, no mundo em que vivem Hegseth e todo o gabinete do presidente Donald Trump, as violações são motivo de orgulho. Foi assim na tentativa de golpe de Estado, durante a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, e continua a ser agora, na implementação de uma agenda política surreal, respaldada por mais de 75 milhões de eleitores, para os quais uma piada com livro infantil é a resposta adequada diante de duas execuções documentadas.

Em vez de negar o crime, o republicano fez piada das mortes a sangue-frio

A operação em curso no Mar do Caribe é contestada legalmente. As ações que levaram à destruição de 20 embarcações e à morte de 87 tripulantes até o momento partem de uma premissa contestável, a de que os Estados Unidos podem declarar-se em guerra contra cartéis de drogas. Guerras são declaradas, em primeiro lugar, contra Estados. Quando se trata de grupos criminosos, não ligados às Forças Armadas regulares de nenhum país, a via legal pressupõe a realização de operações de perfil policial, baseadas no uso de inteligência, com cerco a movimentações financeiras e julgamentos seguidos de condenações, não de execuções a sangue-frio contra feridos e desarmados.

Alguns críticos da ação têm mencionado a Segunda Convenção de Genebra de 1949 como o documento legal que versa sobre náufragos em batalhas marítimas, mas mesmo a evocação desse documento é um erro, pois seria um reconhecimento indevido de que Estados podem declarar guerra contra meras facções criminosas. Essa mesma lógica distorcida embala, no Brasil, os políticos que tratam a criminalidade no Rio de Janeiro como um caso de guerra para justificar ações como aquela que, em 28 de

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 54
Europa. O trumpismo volta a demonstrar desprezo completo pela velha aliada

MADELYN KEECH/FORÇA AÉREA DOS EUA E REDES SOCIAIS/PENTÁGONO

Às favas os escrúpulos. Hegseth bate no peito e transforma a ilegalidade em padrão de comportamento. Precisa torcer para a maré não se voltar contra ele

outubro, terminou com 121 mortes nos complexos da Penha e do Alemão. Tanto num contexto quanto noutro, as execuções são proibidas pela regra internacional dos direitos humanos, um conjunto de normas muito mais abrangentes e protetoras do que a legislação extremamente excepcional aplicada em guerras.

No caso norte-americano, a ilegalidade vem de origem. Trump rebatizou o cargo do secretário da Defesa para o de "secretário da Guerra". Há uma razão pela qual ninguém no mundo chama o responsável pelo comando de suas Forças Armadas de secretário ou de ministro "da Guerra". Desde 1945, a Carta da ONU proíbe o recurso à guerra nas relações entre os Estados. A única via legal para o uso da força é a legítima defesa contra uma agressão ilegal. Daí o nome Ministério "da Defesa", em vez de "da Guerra". Nada disso importa, porém, quando a intenção é, de fato, bancar a ilegalidade, usando-a como ameaça ilimitada contra os adversários.

No caso do Caribe, o inimigo proclamado é o tráfico de drogas. Mas, no fundo, as operações apontam para a velha receita de mudança de regime, como demonstram as ameaças explícitas de invasão da Venezuela sob pretexto de retirar Nicolás Maduro do poder e derrotar os cartéis locais. A despeito de toda crítica legítima a Maduro, o uso internacional e unilateral da força para remover um presidente, sem aval do Conselho de Segurança, é ilegal.

Fosse o narcotráfico a principal preocupação, Trump não teria indultado, em 1º de dezembro, o ex-presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, condenado a 45 anos de cadeia nos Estados Unidos por ter participado de "uma das maiores e mais violentas conspirações de tráfico de drogas no mundo", segundo a Justiça local. Para Trump, Orlando Hernández foi vítima de uma "caça às bruxas" movida pelo governo de seu antecessor, o democrata Joe Biden. O curioso sobre esse caso é que o ex-presidente hondurenho fez chegar a Trump uma carta com pedido de perdão, entregue por Roger Stone, assessor de longa data de Trump, a quem o presidente norte-americano certamente deve muitos favores.

Agora, Hegseth e Trump estão, provavelmente, inalcançáveis pela Justiça internacional por seus crimes, pois os EUA nem sequer reconhecem a jurisdição de instâncias como o Tribunal Penal Internacional. Mas não se descarta o risco de que sejam julgados pela própria Justiça dos EUA, se um dia caírem em desgraça. Ambos, certamente, empurrariam a responsabilidade para seus subalternos militares, o almirante Frank Mitchell Bradley e o coronel Dan Caine.

No estágio atual, as investigações sobre as ações no Mar do Caribe estão ainda nas mãos do Comitê Misto de Inteligência do Congresso norte-americano, onde as opiniões são divididas. Enquanto a maioria dos republicanos, com poucas exceções, veem nos ataques exemplos de legalidade e de cumprimento do dever, os democratas falam em uma ação repugnante e abjeta, que precisa ser investigada até o fim. •

ines249

Humilhados e ofendidos

GEOPOLÍTICA Aliada de primeira hora, a Europa tem sido constantemente desprezada por Trump e sua turma

POR JAMIL CHADE

Nos últimos dias, os canhões norte-americanos não estavam apenas voltados contra Caracas. Em documentos, estratégias e declarações públicas, tanto o governo de Donald Trump quanto os oligarcas das *big techs* tomaram uma atitude explícita de questionar a Europa, aprofundando um distanciamento entre os dois continentes e ampliando o mal-estar no continente. No sábado 6, o bilionário Elon Musk iniciou uma ofensiva contra a União Europeia, após o bloco multá-lo em 120 milhões de euros por violar regras digitais. Aos 230 milhões de seguidores, o empresário defendeu o fim da UE, um monstro burocrático que, segundo ele, colocou em xeque a democracia, e comparou a bandeira do bloco aos símbolos nazistas. "A UE deveria ser abolida e a soberania devolvida a cada país, para que os governos possam representar melhor seus povos", declarou. "Eu amo a Europa, mas não o monstro burocrático que é a UE", acrescentou em outra publicação.

A multa imposta à plataforma X foi a primeira anunciada pela Comissão Europeia com amparo na Lei de Serviços Digitais sobre conteúdo. A comissão afirmou que a X era culpada por violar a obrigação de transparência. As violações incluem o design enganoso do "selo azul" da plataforma para contas supostamente verificadas e a falha em fornecer acesso a dados públicos para pesquisadores. A X também não foi suficientemente transparente sobre sua publicidade, acrescentou a UE.

Por instantes, as desavenças entre Musk e o governo Trump desapareceram. A Casa Branca imediatamente assumiu as dores da X e saiu em sua defesa. Um dia antes da multa, o tom era de ameaça. "Há rumores de que a Comissão Europeia multará a X em centenas de milhões de dólares por não praticar censura", escalou o vice-presidente JD Vance. "A UE deveria apoiar a liberdade de expressão, não atacar empresas americanas por bobagens."

O secretário de Estado, Marco Rubio, em uma publicação na sexta-feira 5 na plataforma, disse que a multa "não é apenas um ataque à X, é um ataque a todas as plataformas de tecnologia estadunidenses e ao povo norte-americano por governos estrangeiros. Os dias de censura aos norte-americanos *online* acabaram". Rubio sabe o risco que corre. Se a multa contra a X imposta pelos europeus vingar, as plataformas passarão a ser questionadas em diferentes partes do mundo e o instrumento de poder terá de sofrer uma transformação.

Para a Casa Branca, a UE não defende mais os "valores" ocidentais

As críticas não foram atos isolados ou apenas um socorro aos bilionários do setor de tecnologia. Elas ocorrem no mesmo momento em que Trump publica a nova estratégia de segurança nacional, acenando para partidos populistas e de extrema-direita na Europa. Trata-se de um choque no sistema, interpretado por diplomatas europeus como um esforço deliberado para enfraquecer o bloco. Ao contrário de versões anteriores da estratégia norte-americana publicada por dezenas de governos, não se trata mais de princípios, ambições e prioridades que norteiam a política externa dos Estados Unidos. Trata-se de uma ruptura com o mundo que conhecíamos e, ao mesmo tempo, um manifesto para um projeto dos EUA radicalmente diferente.

Com Trump e não os EUA como protagonista, a estratégia apresenta a proteção de "valores culturais" como requisito fundamental de segurança nacional. Neste ponto, as influências do nacionalismo cristão e dos supremacistas brancos tornam-se mais evidentes. O documento insiste que a "restauração e o revigoramento da saúde espiritual e cultural americana" são pré-requisitos para a segurança no longo prazo e vincula isso a uma América que "valoriza suas glórias passadas e seus heróis", e é sustentada por um "número crescente de famílias fortes e tradicionais" que criam "crianças saudáveis". A UE é atacada por não

ines249

JOHN THYS/AFP

Amor bandido. Von der Leyen, Macron e Merz oferecem flores e mesuras e recebem em troca socos e pontapés

ser um modelo para o Ocidente. Os EUA são retratados como defensores dos chamados valores tradicionais, enquanto a Europa carece de "autoconfiança civilizacional e identidade ocidental".

O documento denuncia a diversidade, a equidade e a inclusão como fontes de deterioração institucional e um problema de segurança nacional. O argumento não se limita, porém, à política de recursos humanos de empresas, que passaram a ser forçadas a desmontar programas de diversidade no setor privado. A estratégia de equidade é atacada num esforço mais amplo do governo Trump de redefinir coesão cultural, identidade política e até mesmo mudança social.

Mais uma vez, a Europa é alvo de ataques e apontada como incapaz de mostrar liderança política. O texto também especula sobre mudanças demográficas e culturais no continente para colocar em dúvida se os futuros governos compartilharão as visões norte-americanas sobre suas alianças. De forma inédita, Washington considera que as divergências políticas com Bruxelas são evidências de uma suposta deriva cultural europeia.

Tudo se dá no momento em que a Europa constata que nem sequer foi chamada a participar da elaboração de um plano de paz entre russos e norte-americanos para definir o futuro da Ucrânia. O abalo ainda acontece depois de a aliança comercial de décadas ser alvo de uma reestruturação inédita, com a imposição de tarifas e a exigência de uma mudança profunda no fluxo de bens e serviços entre os dois lados do Atlântico.

Ao redesenhar as fronteiras da nova ordem internacional, Trump chantageia a Europa, retira o bloco da mesa de negociações sobre seu próprio território, questiona seus valores e, agora, ameaça agir para defender os interesses das plataformas digitais. Há poucas semanas, numa reunião fechada, o presidente da França, Emmanuel Macron, alertou que o continente europeu poderia ser alvo de uma traição por parte de Trump no caso da Ucrânia. Ele estava errado. A traição já ocorreu. •

ines249

Jogos vorazes

STREAMING Ao adquirir a Warner Bros., a Netflix se fortalece ante o YouTube e, ao mesmo tempo, atinge em cheio o cinema

POR ANA PAULA SOUSA

Na terça-feira 8, em um encontro que reuniu profissionais do setor audiovisual em um espaço de eventos na região da Avenida Faria Lima, em São Paulo, Elisabetta Zenatti, VP de Conteúdo da Netflix no Brasil, abriu sua fala com uma linha adicionada de última hora ao roteiro: "Dá para sentir as perguntas no ar: as de vocês, e as nossas também".

O anúncio da compra dos estúdios da Warner Bros. pela Netflix, na sexta-feira 5, deixou os organizadores do encontro num impasse. Ignorar o fato soaria ridículo. Ao mesmo tempo, não havia muito o que dizer.

A bem-humorada referência ao que pode vir a ser o maior negócio da indústria audiovisual no século XXI foi seguida da apresentação das produções da empresa no Brasil em 2026, agora embaladas sob o *slogan Feito Aqui – Nasce no Brasil. Viaja pelo Mundo.*

No curtíssimo prazo, a fusão não deve alterar nem o dia a dia nem os planos locais, inclusive porque se estima que o processo se estenda por até um ano e meio. E mais: o negócio ainda será analisado pela Federal Trade Commission e pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que têm nas mãos o martelo antitruste.

O impacto da notícia foi, porém, gigantesco. Além de ter um valor espantoso – 83 bilhões de dólares –, a negociação carrega um forte simbolismo: uma empresa do Vale do Silício compra um estúdio que remonta à origem do poder hollywoodiano. É um pouco como se a Apple comprasse a Disney – algo também aventado.

Nascida como uma locadora que enviava filmes pelos correios, a Netflix entrou no *streaming* em 2007 – dois anos após o lançamento do YouTube. Quando inaugurou seu serviço de vídeo sob demanda ligado a uma assinatura mensal, a empresa transmitia o conteúdo feito pelos outros.

Em 2013, veio a primeira produção original, a série *House of Cards*; em 2018, as primeiras indicações ao Oscar com *Roma*, longa-metragem de perfil autoral. Acontece que, enquanto a Netflix começava a produzir, os estúdios começavam a lançar suas plataformas – assumindo, para isso, dívidas enormes.

O momento mais intenso desse processo se deu entre 2020 e 2022, quando a pandemia fechou *sets* de filmagem e salas de cinema e o *streaming* viveu um *boom*. Conforme o mercado foi se estabilizando, duas coisas ficaram claras.

A empresa estreou na produção com *House of Cards*, mas ainda carece de marcas fortes

A primeira é que a Netflix não só não possui o *know how* dos estúdios como, por não ter propriedades intelectuais consagradas, gasta muito em desenvolvimento de ideias. A segunda é que as *majors* não têm a sua capacidade para conquistar e manter assinantes.

São, hoje, cerca de 300 milhões de assinantes da Netflix no mundo. A plataforma número dois é a Prime, cujo principal atrativo é, na prática, o frete grátis. A número três é a HBO, padrão ouro de televisão, pertencente à Warner. A estimativa é que com a fusão se chegue a 430 milhões de assinantes.

David Ellison, CEO da Paramount, declarou, após o anúncio, que o negó-

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 58
Entrevista. Jennifer Pan vê o oportunismo das elites em certas ações antirracistas

Um século. *O Cantor de Jazz* (*acima*) de 1927, foi o primeiro filme falado feito pela companhia criada pelos irmão Warner. A série *House of Cards* (*à esq.*), lançada em 2013, foi o primeiro original da Netflix

ACERVO WARNER BROS. E NETFLIX

cio seria um "desastre monopolista". A Paramount, no entanto, também havia tentado comprar a Netflix.

Embora seja um estúdio centenário como a Warner, a Paramount pertence, desde agosto, à Skydance, administrada por Ellison, filho do fundador da Oracle. O serviço de vídeo sob demanda do grupo, o Paramount Plus, tem 80 milhões de assinantes.

De acordo com o *Financial Times*, o processo de venda foi aberto pela própria Warner, em outubro. Internamente, cada concorrente tinha um codinome: a Warner era Wonder; a Netflix, Noble; e a Paramount, Prince. A oferta da Paramount foi de 108 bilhões de dólares e incluía os canais de TV a cabo, como CNN e a TNT, que estão fora da proposta da Netflix.

Por que a oferta da Netflix foi mais bem aceita que a da Paramount é algo que o mercado tem debatido. Uma possibilidade é que como a Netflix não tem um estúdio, aumentam as possibilidades de a Warner ser mantida praticamente intacta. Há ainda os bastidores políticos.

A Skydance estaria indicando, desde o processo de fusão com a Paramount, ter certa disposição para agradar o governo Trump. No domingo 7, o presidente norte-americano disse que, juntas, Warner Bros. e Netflix têm um "enorme *market share*" e que isso "pode ser um problema".

No dia seguinte, Greg Peters, co-CEO da Netflix, afirmou: "Passamos de 8% das horas de visualização hoje nos Estados Unidos para 9%. Então, ainda estamos atrás do YouTube, que tem 13%". O cerne do argumento da Netflix é que a fusão deve ser analisada dentro de um mercado que inclui TV a cabo, TikTok, YouTube e Reels.

Ou seja, a nova empresa seria um gigante do mercado de vídeo sob demanda por assinatura, mas apenas grande no vasto mundo do consumo audiovisual. Nessa disputa, o catálogo da Warner, que vai de clássicos do cinema século XX a sucessos do século XXI, como *Harry Potter* e *Batman* – sem falar nas séries da HBO, como *Game of Thrones*, e *The White Lotus* –, é um tesouro.

Enquanto busca se defender do YouTube, a Netflix, ao mesmo tempo, atinge em cheio o já enfraquecido mercado de salas de cinema. Com a fusão, não só se amplia a oferta no catálogo da plataforma como se reduz a oferta de títulos para o circuito exibidor. Dentre os *blockbusters* de 2025, três vieram da Warner: *Um Filme Minecraft*, *Inovação do Mal 4: O Último Ritual* e *Superman*.

Após o anúncio da fusão, realizadores de longas-metragens e sindicatos ligados à exibição cinematográfica vieram a público, mundo afora, para deixar notas de lamento e preocupação. •

ines249

O marketing da justiça social

ENTREVISTA. Para Jennifer C. Pan, a elite econômica norte-americana abraça o antirracismo para reforçar seu poder

A LEONARDO MOURA

Jennifer C. Pan é uma escritora que vive em Los Angeles e tem textos publicados em veículos como *The Nation*, *The Atlantic*, *Dissent* e *Damage*. Ela foi também apresentadora do *Jacobin Show* – vídeos e *Podcasts* produzidos pela tradicional revista *Jacobin* – e redatora da *The New Republic*. Este ano, ela lançou, pela Verso, *Selling Social Justice: Why the Ruling Class Loves Antirracism* – Justiça Social à Venda: Por que a Classe Dominante Ama o Antirracismo.

No trabalho, Jennifer investiga como a elite econômica dos Estados Unidos abraçou certo tipo de antirracismo, especialmente a partir de 2020, para reforçar seu poder corporativo, evitar a regulação estatal e substituir reformas materiais por políticas de "diversidade, equidade e inclusão" com resultados limitados.

Com um texto direto, baseado em pesquisa rigorosa, o livro constrói um argumento potente: num cenário de estagnação de renda e escassez de oportunidades, essa nova gramática moral tende a desviar o debate sobre desigualdade para um lugar que limita seu potencial de transformação.

A justiça social embalada para venda oferece às empresas uma narrativa virtuosa, mas, na prática, preserva a ordem econômica tal e qual ela é. Embora o foco da análise de Jennifer seja a realidade norte-americana, o que ela vê lá aplica-se também ao Brasil.

CartaCapital: O título do seu livro, ao ser traduzido, soaria forte no Brasil, país no qual metade da população é negra e historicamente excluída de empresas, da política e da mídia. As políticas de inclusão e a expansão do ensino superior nos últimos 15 anos aumentaram a consciência de direitos e a pressão por representação. Como a senhora compara a situação brasileira com a norte-americana?

Jennifer Pan: Cada país tem história própria de direitos civis e até mesmo de como a "raça" é constituída, mas sempre paralelos. Nos Estados Unidos, pessoas brancas seguem super-representadas em setores como o mercado editorial e nos conselhos de administração. Faltam pessoas negras, mulheres e outros grupos nesses espaços. As disparidades são reais e a representação tem ressonância. Mas, se você perguntar a um trabalhador não branco de classe trabalhadora se ele prefere ver "alguém como ele" no conselho da empresa ou ter aumento de salário, a maioria escolherá o salário.

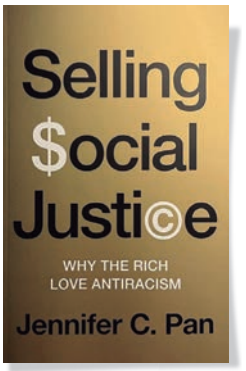
> "É mais fácil assinar embaixo de uma solução pontual do que se comprometer com direitos universais duradouros"

CC: Muitos comentaristas liberais defendem tributar os super-ricos, mas não intervir nos salários de executivos. O que funciona melhor para reduzir a disparidade?

JP: Nos EUA, faltam duas coisas: pré-distribuição, que significa corrigir po-

ines249

REDES SOCIAIS E BRYAN R. SMITH/AFP



Passo atrás. Para a autora, o movimento *woke* teve seu auge após o assassinato de George Floyd, em 2020

líticas públicas e de mercado antes do pagamento de salários, e redistribuição, que significa tributar depois. Precisamos de ambas. Pesquisas mostram, porém, que trabalhadores tendem a preferir pré-distribuição aos modelos de taxação sobre fortuna ou consumo. Há consenso de que o *trickle down* – a ideia de que quando os ricos ficam mais ricos, os pobres acabam se beneficiando – não funcionou.

CC: Do ponto de vista das empresas, minha impressão é que conselhos e diretores são pragmáticos. Eles, na prática, priorizam lucro e o valor da ação, ou seja, ser *woke* – termo que se refere à defesa de justiça social e racial – ou *anti-woke* é apenas a linguagem de ocasião.

JP: Não acho que quem está na cúpula seja "secretamente racista". Há executivos que acreditam sinceramente no antirracismo e defendem metas de diversidade e inclusão. No entanto, mesmo quando há a convicção individual, a empresa continua subordinada ao lucro. É aí que o discurso encontra seu limite material.

CC: Entramos numa era pós-*woke*?

JP: É cedo para cravar. O movimento teve seu pico entre 2020 e 2021, especialmente após o assassinato de George Floyd pela polícia, e arrefeceu. Os ataques explícitos a programas de diversidade, equidade e inclusão e ESG (sigla derivada de *environmental, social and governance*, em inglês) pela direita têm efeito. Mas declarar a morte do DEI (sigla para *diversity, equity, and Inclusion*, em inglês) é exagerado. Muitas empresas trocaram o rótulo "DEI" pela palavra *pertencimento*, mantendo práticas semelhantes. Alguns casos de recuo viram manchete, mas há gigantes que dobram a aposta em DEI e ESG, muitas vezes com apoio de acionistas institucionais. Em resumo, temos um certo "reposicionamento de marca".

CC: A senhora costuma apontar para os limites das políticas reparatórias por parte de empresas ou governos. Por que, na sua avaliação, as políticas de reparação são uma má resposta?

JP: Num cenário de estagnação para 99% dos trabalhadores, propor benefícios em dinheiro para uma fatia da população tende a dividir a sociedade. Penso, além disso, que, do ponto de vista moral, a esquerda deveria mirar de forma ampla quem é pobre hoje, independentemente de genealogia ou da identidade – seja a pobreza herança da escravidão ou da destruição sindical. Por fim, me parece que, economicamente, a política de reparação sai mais barata que um estado de bem-estar abrangente. Nesse sentido, ela é atraente para as elites. É mais fácil assinar embaixo de uma solução pontual do que se comprometer com direitos universais duradouros.

CC: No Brasil, as políticas identitárias catalisaram a guinada à direita de parte da classe média.

JP: É análogo ao que vemos em ciclos eleitorais recentes nos Estados Unidos. O Partido Democrata enfrenta um problema muito parecido aqui: parte do eleitorado passou a enxergar as políticas de justiça racial e diversidade como algo que divide a sociedade, especialmente em momentos de crise econômica. Isso tem alimentado reações conservadoras e dificultado a construção de uma base comum em torno de pautas materiais. •

ines249

Uma mãe contra o regime

BIOGRAFIA A batalha de Zuzu Angel para denunciar a morte do filho é narrada de forma intensa em *Quem É Essa Mulher?*

POR PAULO CEZAR SOARES

Um dos episódios mais emblemáticos da ditadura brasileira foi o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento do corpo de Stuart Angel Jones, perseguido por sua militância no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Sua mãe, Zuzu Angel (1921–1976), nome conhecido no mundo da moda, se tornaria, a partir daí, uma figura notória no combate ao regime.

Em 1976, Zuzu morreu em um suposto acidente automobilístico. Em 1998, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu o regime como responsável por sua morte. O carro da estilista teria sido jogado para fora da pista por outro veículo, pilotado por agentes da ditadura. Além de Stuart, Zuzu teve, com o estadunidense Norman Angel Jones, duas filhas: Hildegard e Ana Cristina.

Natural de Curvelo (MG), Zuzu Angel tem sua trajetória recuperada no livro *Quem É Essa Mulher? – Uma Biografia de Zuzu Angel*, baseado em pesquisa com fontes primárias e farta documentação, assinado pela jornalista Virginia Siqueira Starling, que dedicou quatro anos ao trabalho.

"Eu conhecia Zuzu de minhas leituras sobre moda", diz Virginia. "Em relação ao seu enfrentamento da ditadura, sabia o básico: o desfile-protesto, a entrega do dossiê a Henry Kissinger, o acidente de carro forjado para matá-la." Do básico, a autora partiu para um mergulho que resulta numa biografia primorosa.

Zuzu Angel sempre teve inclinação para a costura. Esse era, porém, um dom que ela desenvolvia por diletantismo, sem imaginar que iria se profissionalizar. Costurar, naquela época, era uma habilidade comum entre as jovens da classe média: aprendia-se o básico, como pregar botões, fazer uma bainha e cerzir. Em casos de necessidade financeira, a costura também acabava por servir como fonte de renda.

QUEM É ESSA MULHER? – UMA BIOGRAFIA DE ZUZU ANGEL
Virginia Siqueira Starling. Todavia (560 págs., 159,90 reais)

No caso de Zuzu, a criatividade levou à profissionalização. Suas roupas autênticas foram chamando atenção de uma clientela cada vez maior. Em 1966, realizou, no II Salão da Moda, inaugurado pelo governador Negrão de Lima, no Pavilhão de São Cristóvão, no Rio, seu primeiro desfile. Logo seu nome passou a ser citado nas seções de moda dos jornais.

Da sua clientela faziam parte mulheres endinheiradas do Rio de Janeiro e esposas de figuras importantes da política nacional – dentre elas, militares. E não demorou para que começasse a ganhar também projeção internacional. A primeira cliente no exterior foi a atriz Yvonne De Carlo, que ganhou notoriedade a partir do filme *Os Dez Mandamentos* (1956), no qual interpretou Séfora, esposa de Moisés.

Mas a rotina de vida de costureira das elites mudou de forma repentina e radical com o desaparecimento de seu filho. Stuart Angel Jones – como relata a biógrafa em sua escrita atenta aos detalhes – abandonou uma de suas paixões, o time de remo do Flamengo, por volta de 1966, logo após o início do curso na Faculdade de Economia, para atuar como militante de esquerda no MR–8.

Após ingressar no movimento, ele deixou de aparecer nas festas de sábado à noite em que imitava os passos de *twist* do cantor norte-americano Chubby Checker, ícone das pistas de dança dos anos 1960. Preocupado em manter a mãe e as irmãs o mais longe possível da vida insegura que levava, Stuart afastou-se da família.

O tempo mostraria que seu temor não era infundado. Perseguido pelo regime, Stuart foi sequestrado, torturado e morto no Centro de Informações de

ines249

ACERVO INSTITUTO ZUZU ANGEL

Busca. A costureira preferida da elite carioca viu sua vida mudar radicalmente após o desaparecimento de Stuart Angel, militante do MR-8, em maio de 1971

Segurança da Aeronáutica (CISA), na 3ª Zona Aérea, no Galeão, no Rio. Torturado, morreu na madrugada de 15 de maio de 1971. Seu corpo desapareceu.

A partir de então, Zuzu Angel empreendeu uma luta corajosa e constante para obter informações a respeito do paradeiro do filho. E *Quem É Essa Mulher?* vai fundo no retrato dessa luta, construindo o mais aprofundado perfil dessa mulher que usou a própria fama para fazer as denúncias contra o regime chegarem aos veículos de imprensa no exterior e aos meios culturais brasileiros.

Quando apresentava suas confecções – que passaram a exibir um design "enganosamente inocente", nas palavras da biógrafa – aproveitava o momento para criticar a ditadura brasileira. Quando Henry Kissinger (1923–2023), então secretário de Estado e Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, esteve no Rio de Janeiro, hospedado no Hotel Sheraton, Zuzu burlou o esquema de segurança para entregar-lhe documentos sobre o desaparecimento do filho.

"Ela recebeu ameaças de morte e, cerca de um ano antes de ser assassinada, entregou um bilhete a Chico Buarque, dizendo que havia recebido um documento com pormenores sobre a tortura e o assassinato do filho pelo governo brasileiro", conta Virginia. Esse documento, segundo Zuzu, estava fora do País, nas mãos de familiares norte-americanos.

No bilhete, a costureira dizia ainda que, se algo viesse a acontecer com ela ou se aparecesse morta "por acidente, assalto ou qualquer outro meio", teria sido obra dos mesmos assassinos do seu "amado filho."

Vem da canção *Angélica*, de Chico Buarque, o título do livro. *Quem é essa mulher/ Que canta sempre esse lamento?/ Só queria lembrar o tormento/ Que fez o meu filho suspirar*, escreveu o compositor.

"À medida que lia e analisava os documentos preparados pelos órgãos da inteligência militar, ia percebendo que a repressão estava mesmo de olho em Zuzu e temia seus diversos atos de resistência", conta Virginia. "Ela foi até o fim, em todos os sentidos, e sua determinação me impressionou profundamente." •

> "Ela foi até o fim, em todos os sentidos. E sua determinação me impressionou", afirma a autora

ines249

A fantástica luta de classes

LITERATURA Quem é China Miéville, o autor de ficção científica conhecido pelo olhar marxista e pela imaginação fértil?

POR ALYSSON OLIVEIRA

Se há um elemento em comum aos romances, contos e ensaios do britânico China Miéville é a recusa do autor em se repetir. Embora temas como disputa de poder, tensão entre classes e embate entre antigo e moderno permeiem sua obra, um livro difere do outro.

Mesmo *A Cicatriz*, segundo volume da trilogia *Bas-Lag*, não é exatamente uma sequência do primeiro livro, *Estação Perdida*. Lançado no Reino Unido em 2002, o romance ganhou recentemente sua primeira tradução no Brasil.

Ambos os romances se passam no mesmo universo, se complementam, mas não se pode dizer que sejam contínuos. O primeiro estabeleceu a cidade-estado fictícia de Nova Crobuzon, uma metrópole industrial, sombria e decadente, marcada por forte desigualdade social, corrupção política, alta tecnologia misturada a magia biológica, e por uma convivência tensa entre diversas espécies de humanoides. *A Cicatriz* retoma o cenário, mas coloca nele novos personagens e situações.

"A ideia sempre foi escrever três livros que pudessem ser lidos de forma independente", diz Miéville em entrevista a *Carta Capital*, via teleconferência, de Londres, onde vive. Miéville é bem-humorado e gosta de dialogar.

Com pouco mais de 50 anos, e uma carreira de escritor que começou no ano 2000, ele é um dos principais nomes do chamados *New Weird* – subgênero da literatura fantástica que, grosso modo, recusa a gramática da fantasia tradicional e segue a tradição do século XIX conhecida como *weird*, de "estranho".

"Amo a literatura fantástica", diz ele, que tem como referências H.P. Lovecraft, Ursula K. Le Guin e Gene Wolfe. "Ela me permite abordar elementos como questões de poder, economia, geopolítica e opressão de uma forma que o realismo puro não permite".

A CICATRIZ

China Miéville. Tradução: José Baltazar Pereira Júnior. Boitempo (528 págs., 119 reais)

Para Miéville, a história acontece em ondas. Temas e fatos, como guerras, imigração e genocídios estão sempre no radar, sempre acontecendo, mas, de tempos em tempos, sobem à superfície.

"A cada vez que ressurgem, esses eventos históricos vêm de forma pior que os anteriores", reflete. "Quando escrevi esse livro, eles estavam em evidência. E agora estão novamente. Acho que vivemos no pior momento em que poderíamos viver." De fato, apesar dos mais de 20 anos que separam o lança-

ines249

O escritor britânico, de 50 anos, criou a trilogia *Bas-Lag*

mento original dessa tradução, o romance continua bastante atual.

A protagonista é a jovem e misteriosa Bellis Coldwine, tradutora forçada ao exílio. Em Armada, para onde ela se muda, está uma enigmática elite social que trama planos grandiosos envolvendo criaturas abissais e forças sobrenaturais. Os personagens estão presos nessa cidade flutuante construída a partir de navios piratas acoplados uns aos outros.

A visão de mundo de Miéville é marcada por um olhar marxista, que investiga a relação entre classes. Um exemplo disso se dá logo no começo do livro, quando Bellis observa um grupo de prisioneiros de Armada. Esses novos cativos serão distribuídos entre tarefas como remo, manutenção e serviços pesados, enquanto os habitantes antigos ficam com funções mais leves e com melhor remuneração.

Miéville sempre foi politicamente identificado com a esquerda. Ele é doutor em Direito Internacional pela London School of Economics e chegou a militar no Partido Trabalhista britânico. Não por acaso, é um escritor particularmente atraente para leitores de esquerda. Um de seus livros de não ficção é *Outubro: História da Revolução Russa* (2017).

Embora não negue fazer literatura engajada, ele rejeita o viés panfletário: "Acho impossível não abordar política e formas políticas na arte, mas a ideia é não cair na propaganda que transforma o discurso em algo inócuo". •

REDES SOCIAIS

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

A Vaca Mais Rica do Mundo (Reco-Reco, 32 págs., 49,40 reais) é uma fábula sobre o valor do dinheiro. Por meio do encontro entre um porco ambicioso e uma vaca tranquila, Barroux mostra que a riqueza não está em cofres, bancos e cartões. Ela pode estar sob a sombra de uma árvore.

Sob o preciso título **A Fina Lâmina da Palavra** (264 págs., 92 reais), a Cobogó reuniu um conjunto de ensaios de Leda Maria Martins, dona de uma escrita a um só tempo límpida e complexa e de um pensamento absolutamente original sobre literatura, teatro e artes visuais.

No meio cultural, a COP30 serviu de mote para a celebração de muitas trajetórias iniciadas no Norte do País. Foi esse o caso de **Emmanuel Nassar**, artista visual nascido em Belém cuja obra ganhou novo registro em um livro-catálogo editado pelo Instituto TeArt e a Cosac (400 págs., 310 reais).

ines249

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

A gestão em campo

▶ O Timão tem condições estruturais e financeiras semelhantes às do rubro-negro, mas patina e não consegue deslanchar

As recentes decisões do futebol brasileiro – a final da Copa Libertadores e a reta final do Campeonato Brasileiro –, vencidas pelo Flamengo contra o Palmeiras, trouxeram à tona situações cruciais sobre a gestão e o planejamento dos clubes.

Ambas as equipes venceram e perderam na mesma semana. As reações dos clubes foram, porém, totalmente opostas e reveladoras.

O Palmeiras, por exemplo, empurrado não apenas pela derrota nas finais, iniciou uma profunda reestruturação em seu planejamento.

As mudanças anunciadas ajudam a entender a queda de rendimento na reta final: o time deu sinais claros de cansaço, indicando a urgente necessidade de renovação no elenco.

Já o Flamengo, mesmo após a dupla conquista e ainda com o Mundial Interclubes à vista, anunciou medidas de reforço.

O time usou os valores obtidos com as vitórias e o aumento dos patrocínios como "time de massa" para qualificar ainda mais o grupo.

Com o título do Brasileirão garantido com antecedência, a viagem para o Catar foi antecipada, e o clube ainda deu rodagem ao Sub-20, que o representou na rodada final do campeonato – outro ganho estratégico.

No meio desse cenário de altos e baixos, quem se arrasta lamentavelmente é o Corinthians. O Timão tem condições estruturais e financeiras semelhantes às do rubro-negro, mas vem patinando e não consegue deslanchar.

A comparação com o que ocorre no futebol europeu, hoje o mais valorizado do mundo, também nos oferece pistas.

Por lá, os clubes chegam à metade da temporada. Por aqui, encerramos o nosso calendário. Ambos são ingratos, diga-se de passagem.

Na Europa, o clube que sempre elogiamos, o Real Madrid, acusou desequilíbrio em sua organização.

Após um rendimento sofrível e crises entre os jogadores e o técnico Xabi Alonso, o time anunciou mudanças radicais no elenco no meio da temporada desportiva.

Além de perder pontos preciosos, foi derrotado nesta última semana, em casa, por 2 a 0, para o modesto Celta de Vigo.

Em termos de comparação, é impossível não citar as diferenças de organização entre o clube madrileno e o Santos – camisas parecidas, com uma história igualmente grandiosa.

O Santos fez uma campanha muito fraca no Brasil, correndo risco de cair. Muita trapalhada da "cartolagem".

O Peixe escapou do rebaixamento no apagar das luzes, e não há mais como esconder a necessidade de atualizar o seu rumo. Se, um dia, o time de Pelé foi capaz de ser bicampeão mundial, é porque tem de onde tirar.

E a verdade é que a vinda de Neymar no desfecho do campeonato acabou sendo uma jogada com um "final feliz" para todo mundo. O clube livrou-se da queda com a participação decisiva do craque. Torço por Neymar, apesar de entender tanta "bronca" em torno dele.

Neymar dá sinais de amadurecimento e pode abrir bons horizontes. Para o Santos, eles já se abriram. Para a Seleção, o objetivo maior do acerto com o Peixe pode ser fundamental.

O balanço da carreira de Neymar é, no fim, espetacular, embora essa imagem não seja devidamente cultivada.

Ele tem inúmeras conquistas que não aparecem com o devido destaque em sua biografia.

Só não compreendo o "masoquismo" de tantas lesões – corajoso, sim, mas desnecessário.

Entre algumas declarações amadurecidas sobre o futuro, o craque explicou com a maior tranquilidade: "Vou descansar uma semana, depois pensar e decidir. Vamos ver o que é melhor pra todo mundo".

Sem dúvida, ele mira a Copa do Mundo.

No campo dos rebaixados, é "chocante" a queda simultânea de Ceará e Fortaleza. Um estado com aquela potência sem nenhum time na Série A.

O que pode ter acontecido ao Fortaleza, que mirava voos altos no início do campeonato e acabou assim? Uma lástima, assim como a reação tardia do Ceará.

Outro que escapou foi o Vitória da Bahia, treinado por Jair Ventura, que merece melhores oportunidades.

Resta-nos ver a reação do Internacional, socorrido pelo extraordinário "bombeiro" Abel Braga.

Além de contribuir mais uma vez com sua enorme experiência, ele ajudou a espantar a Série B e deu a sentença: "Ameaça de rebaixamento nunca mais!" Foi um alerta para a direção colorada.

É impressionante como alguns clubes gigantes parecem fazer força para cair – e caem. É muita trapalhada da "cartolagem".

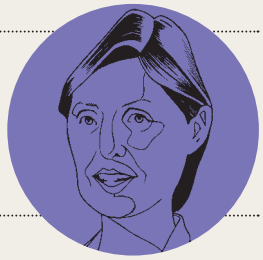
Enquanto isso, a Copa do Brasil resta como uma última esperança para salvar o ano de Cruzeiro, Vasco, Fluminense e, especialmente, da Fiel corintiana. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

ELNARA NEGRI
Livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP e pneumologista do Núcleo Avançado de Tórax do Hospital Sírio-Libanês



A utopia real

▶ Na Serra da Capivara, no Piauí, Niede Guidon provou ser possível construir, a partir do sonho, uma realidade mais próspera

O Brasil é maravilhoso. E, não fosse o país tão "subtraído em repetidas vultosas transações" de tantos falsos patriotas, com certeza a fome, a miséria e a violência já não seriam realidade entre nós. "Utopia", responderiam aqueles que não acreditam no poder da delicadeza.

Thomas Morus, um dos maiores humanistas do Renascimento, escreveu, em 1516, *A Utopia* – essa palavra, derivada do latim, significa lugar inexistente. O livro era uma crítica à condução da Inglaterra da época. A miséria, a violência e a doença se espalhavam pela população, enquanto enormes somas eram gastas na promoção da guerra. A religião era usada de forma leviana para justificar injustiças tremendas. Qualquer semelhança com os tempos atuais não é mera coincidência.

Na ilha Utopia, as injustiças não existiam e as pessoas viviam num ambiente de harmonia e respeito. A prosperidade era consequência dessa vida em sintonia com a natureza e sem ganância. Um mundo perfeito e, portanto, utópico – um não lugar ou lugar inexistente.

Pois bem, no mês passado tive a oportunidade de conhecer a Serra da Capivara, obra de uma grande arqueóloga brasileira, a doutora Niede Guidon, falecida em junho de 2025 aos 92 anos, e vi a utopia se fazer realidade. Fica ali o maior museu a céu aberto de pinturas rupestres do mundo. São mais de mil sítios arqueológicos distribuídos em um imenso parque nacional no meio da caatinga.

A doutora Niede ouviu falar da Serra da Capivara no início dos anos 1970. Viu, à altura, algumas fotos levadas pelo então prefeito de Petrolina, que visitava uma exposição realizada por ela em São Paulo.

Muito interessada no que viu, ela organizou uma expedição ao local em 1964. Foi, porém, surpreendida pelo golpe militar e teve de se exilar na França. Doutora Niede só conseguiu chegar ao município de São Raimundo Nonato, em 1973, dirigindo uma caminhonete rural com mais três amigas.

A partir daí a história vai ficando cada vez mais linda. Ouvindo-a diretamente de Nestor, nosso guia no parque, que era menino quando Niede lá chegou, fui às lágrimas. Naquela época, para comer, tinha só farinha e rapadura. Às vezes, alguma caça que seu pai conseguia. Bebia água da chuva que ficava empoçada nas pedras, onde os animais também bebiam. Sofria de verminose e desnutrição.

Niede relatou: "Nos primeiros anos aqui, percebemos que a pobreza que reinava na região nunca ia permitir proteger o legado pré-histórico do parque. Uma pessoa com fome só pensa em como vai resolver o problema imediato".

Niede mobilizou a população. Ia em lombo de jegue explorar a caatinga com o povo do lugar e foi descobrindo mais e mais sítios arqueológicos. Conseguiu recursos estaduais, federais e de outros países.

Construiu escolas que funcionavam em tempo integral, com alimentação. Ensinou as crianças a plantar, a colher e a cozinhar. Empoderou as mulheres, trouxe um professor de cerâmica, outro de apicultura – atividades que, atualmente, mantêm a comunidade próspera.

Niede também mudou a teoria da chegada do homem à América, publicou na *Nature*, criou o Parque Nacional da Serra da Capivara e fundou a Universidade Federal de Arqueologia em São Raimundo Nonato.

Nestor me contou que ela dizia a todos: "Não permitam que ninguém tire isso de vocês, isso é um tesouro, não existe nada no mundo assim, vocês têm de cuidar de tudo e cuidar uns dos outros". E eles cuidam.

Ela fez o Museu do Homem Americano e depois o Museu da Natureza, onde se pode sobrevoar a região num simulador de realidade virtual que imita uma asa-delta. Tudo isso no meio da caatinga. Utopia.

Num lugar onde o feminicídio era corriqueiro, uma mulher ensinou o poder do respeito, da educação e da cultura. E tudo prospera. Não há luxo, mas há muita riqueza por toda a parte.

"Sempre digo que só fiz meu trabalho e agora vejo a região mudando rapidamente, crescendo com uma importante participação da população local", repetiu, ao longo da vida, Niede Guidon.

"Os jovens cada vez migram menos porque aqui acham trabalho. As iniciativas privadas aumentam a cada dia, e as pessoas já não esperam que tudo venha do governo. As duas atividades que iniciamos na expectativa de um dia a região atingir o desenvolvimento, ou seja, o turismo e a apicultura, hoje caminham praticamente sozinhas e com sucesso. Ainda falta muito, mas me parece que o caminho é sem retorno. A Serra da Capivara está no mapa do mundo."

Obrigada por nos presentear com esperança, querida doutora Niede. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

O MUNDO SÓ SERÁ EQUILIBRADO QUANDO RETIRARMOS O PODER DE INFLUÊNCIA DESSES IDIOTAS.
V.
165
ESTÁ PROPONDO O FIM DAS REDES SOCIAIS?
NÃO.
DOS SEUS DONOS.

ines249

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Do lado da família. Do lado do povo brasileiro.

Com comida na mesa, educação e emprego, o brasileiro vai mais longe.

O **Bolsa Família** é um programa reconhecido internacionalmente que hoje apoia mais de **19 milhões** de famílias em todo o país. Em 2025, mais de **2 milhões** de famílias **conquistaram renda** e **deixaram o programa** com orgulho e superação.

ACESSE
MDS.GOV.BR

MINISTÉRIO DO **DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

Em 2026,

seja feliz

Colecione momentos

Cartões BB. Peça e Use